



Anais da Assembléia

N.º 92

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1983

(QUARTA-FEIRA)

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 94/83

Curitiba, 08 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos datados de 30 de junho de 1983, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano:

MUNICÍPIO	N.º e Data do Convênio Aditado
Balsa Nova	21/82 — 19/03/82
Contenda	26/82 — 31/03/82

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Em obediência ao parágrafo único do Artigo 39 do Regimento Interno, o qual, após aprovação da Resolução n.º 35/83, eleva para 14 (quatorze) os Membros da Comissão de Constituição e Justiça, tem este a finalidade de indicar, para compor a referida Comissão, o Deputado Basílio Zanusso.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido Plenário, REQUER, um voto de profundo pesar pelo passamento do senhor Alceu Ivanoski, da cidade de Piraquara, ocorrido no dia 23 de agosto do corrente.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, no Município de Piraquara - PR.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. NISIA CAETANO DINIZO, esposa do Dr. MIGUEL DINIZO, atual Prefeito Muni-

Presidência do senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores Deputados Antônio Anibelli e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagnão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57), achando-se em licença o senhor Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 93/83

Curitiba, 08 de agosto de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 05 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Campo Largo, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano, constante do Plano Metropolitano de Investimentos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

cipal de Cambará e ex-Deputado Estadual. O lamentável falecimento ocorreu no dia 18 de agosto do ano de 1983.

Por tratar-se de uma pessoa de admirável respeito, seu falecimento deixa grande pesar ao esposo, Dr. Miguel Dinizo, em suas amizades mais sinceras e à Sociedade de Cambará.

Requer ainda seja dada ciência deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", pela publicação em data de hoje, de um excelente trabalho sobre a problemática municipalista.

Requer ainda que esta decisão seja comunicada por ofício ao diretor da "Folha de Londrina", jornalista João Milanez.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Os líderes das duas bancadas nesta Casa, o presidente da Associação dos Municípios do Paraná, o presidente da CPI que estuda a falência dos municípios, inúmeros prefeitos e autoridades foram entrevistados para falar sobre a problemática municipalista, em um trabalho jornalístico que honra os profissionais daquele conceituado jornal e que tenho certeza apresentará um grande acervo de subsídios para o conhecimento da realidade paranaense para nós Deputados e para todos os estudiosos e interessados.

Nesta edição histórica da "Folha de Londrina" ficou mais uma vez evidenciada a necessidade premente de uma reforma tributária, que restabeleça o equilíbrio entre os três níveis de poder e consagre o princípio constitucional de autonomia dos Estados e municípios, sem o que nunca haverá democracia neste País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a suspensão da sessão plenária do dia 30 de agosto, para possibilitar a realização do III Fórum de Debates, que versará sobre "Eletrificação Rural — Redução de Custos e Papel Social", e que contará com a presença de eminentes figuras ligadas ao setor energético.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS

NILSO SGUAREZI

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor Secretário de Estado do Interior, consubstanciado em solicitação àquela Pasta para que seja implantado, com urgência, através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, rede de esgoto, bem como estação de tratamento de esgoto sanitário, na cidade de Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é dirigida à Secretaria de Estado do Interior, atendendo aos reclamos da laboriosa população de Toledo, que através do seu crescimento está a exigir das autoridades estaduais, melhores condições para que o progresso ali ge-

rado possa se solidificar em prol da comunidade.

Toledo necessita uma redistribuição das mais convincentes pelo trabalho dos mais profícuos, que tem proporcionado em favor da geração de divisas aos cofres estaduais.

Justo, portanto, que a infra-estrutura de que necessita seja providenciada pelo Estado, através dos órgãos competentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado veementemente apelo no sentido de que o Poder Executivo, ao se deslocar para o interior do Estado, como tem feito com certa frequência, ao invés de se instalar em municípios não atingidos pelas enchentes que assolaram o Sul do País, tais como: Ponta Grossa, Londrina, e outros, desloque-se, com prioridade total e máxima presteza para o Município de União de Vitória que é, em todo o Estado, aquele que mais precisa das atenções urgentes do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

Apoio: ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao senhor Secretário de Estado da Agricultura, expediente consubstanciado em apelo no sentido de serem tomadas medidas urgentes através dos órgãos competentes daquela Pasta, visando coibir o uso abusivo de agrotóxicos na zona rural do Município de Tupãssi.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo é formulado em atenção aos reclamos da população de Tupãssi, que vem através requerimento do Vereador Damaceno, apresentado junto à Câmara Municipal, reclamando a instalação de um laboratório químico na região, com condições de reprimir, através de análises periódicas, o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras, evitando-se assim o crime ecológico que atualmente vem ocorrendo em nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. LUIZ CORDONI, DD. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando seus esforços no sentido de ser construído na sede do Município de Ubatã um Posto de Saúde.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Ubatã é um dos municípios de nosso Estado mais desenvolvidos, tendo na agricultura a sua principal fonte de riqueza, mas isto infelizmente gera também problemas com o grande número de "bóias-frias" e de pessoas carentes, que necessitam serem assistidas pelo Poder Público. E ali está localizado uma unidade sanitária deficiente funcionando em uma casa em condições super precárias, daí a necessidade de se construir de imediato uma unidade sanitária que venha atender não só os reclamos de Ubatã, mas para fazer justiça a um município que muito colabora com o Estado do Paraná dado o seu desenvolvimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de implantar um Posto de Saúde no Distrito de Porto Camargo, Município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Porto Camargo localizado no Município de Icaraíma, tem aproximadamente 3.000 habitantes, todos trabalhadores agrícolas ou pequenos proprietários, os quais em sua maioria carentes em todos os sentidos. Necessário se faz daí o Poder público dar um mínimo de condições para que os mesmos possam sobreviver e atender os reclames de seus familiares, e a principal reivindicação é a instalação de um posto de saúde onde os mesmos possam ser atendidos e resolvam problema a eles e a nós da maior importância.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Administração solicitando esforços do mesmo no sentido de instalar nos Municípios de Campina da Lagoa e de Roncador, Postos de Atendimento do IPE.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Ambos os municípios não têm em suas sedes Posto de Atendimento do IPE, obrigando os funcionários que ali trabalham a se deslocarem para Ubatã ou Campo Mourão, o que na realidade traz sérias dificuldades a todos.

Daí a justeza da reivindicação para que os funcionários tenham uma assistência mais perfeita e regular, e assim possam melhor colaborar com a administração de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando que a Escola Estadual "Duque de Caxias - Ensino de Primeiro Grau", do Distrito de Centro Novo, Município de Planalto, seja transformada, já para o ano letivo de 1984, em Escola "Duque de Caxias - Ensino de Primeiro e Segundo Graus", dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município de Planalto.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Distante 10 quilômetros da sede do município, o Distrito de Centro Novo conta com um grande número de alunos concluindo o primeiro grau, sem condições para o prosseguimento de seus estudos, face à dificuldade para o deslocamento e o alto custo que acarretaria.

A criação do segundo grau em Centro Novo é um dos grandes anseios da população, e medida que virá incrementar o desenvolvimento sócio-cultural daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o

Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor JOSÉ GOMES DO AMARAL, DD. Diretor da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, solicitando seja instalado, com a máxima brevidade possível, um Armazém Graneleiro no Município de Planalto.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Planalto é um dos grandes produtores do setor agrícola, tendo sua economia assentada basicamente na agricultura.

Todavia, não possui o referido município nenhum armazém de estocagem da produção, nem mesmo entreposto de Cooperativa.

Face ao exposto, acreditamos necessária a instalação da COPASA, até porque estaria plenamente dentro das justificativas de sua existência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. LUIZ CORDONI JÚNIOR, Digníssimo Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando a ampliação e estadualização do Posto de Saúde do Município de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Posto de Saúde do recém-criado Município de Cafelândia é mantido por aquela Prefeitura, a qual enfrenta sérios problemas de ordem financeira, impossibilitando-a de proporcionar um atendimento mais digno à população carente do município.

Com o aumento crescente do número de habitantes, há necessidade de uma ampliação naquele setor, o que não está sendo feito, devido a falta de verba para essa finalidade, embora aquela Prefeitura entenda que é primordial para o desenvolvimento de um município, oferecer à comunidade um bom atendimento na área da Saúde.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ RICHÁ, Digníssimo Governador do Estado, solicitando a criação do Programa Especial de Combate à Erosão, seguindo os seguintes critérios:

1 — Criação do Programa Especial de Combate à Erosão sob a responsabilidade direta do Governador do Estado (com recursos já previstos no próximo orçamento).

2 — O Programa Especial de Combate à Erosão deve agir em convênio com as prefeituras municipais.

3 — Parte dos custos diretos na implementação de cada projeto deve ser assumido pelo Estado e pelas prefeituras, diminuindo o peso financeiro incidente sobre o proprietário rural.

4 — Os recursos para o Programa Especial de Combate à Erosão deverão ser originários de cada um dos órgãos envolvidos de uma ou de outra forma com o problema.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Podemos afirmar que os órgãos envolvidos de uma ou de outra forma com a problemática da erosão, são os seguintes: COPEL, SANEPAR, SURHEMA e SUCEPAR, da Secretaria do Interior; CAFE do Paraná, ACARPA e ITC, da Secretaria da Agricultura; DER, da Secretaria dos Transportes; IPARDES, da Secretaria do Planejamento e Banco do Estado, da Secretaria das

Finanças.

Ora, fica evidente, que por um problema de hierarquia, somente o Governador é quem pode chefiar um programa sério e eficiente de combate à erosão. Nenhuma Secretaria ou Secretário tem condições para tal, e se se insistir nessa tentativa veremos passar mais quatro anos sem que se realize nada de concreto.

Os recursos estão disseminados por estes órgãos que os gastam, na maioria, para simplesmente manter suas estruturas funcionais.

Dizendo isto, queremos demonstrar a necessidade imperiosa de centralizar nas mãos do Governador a decisão.

A descentralização da ação que entendemos necessária, seria realizada através de convênios entre o Programa Especial de Combate à erosão e as Prefeituras Municipais e Cooperativas de Produção, conquanto são as Prefeituras e Cooperativas que melhor conhecem o problema e saberiam eleger as prioridades em cada município.

Não bastam campanhas através dos órgãos de comunicação tentando conscientizar o homem do campo acerca da importância da conservação do solo. É preciso a conscientização antes de tudo, do próprio governo, pois o solo é riqueza de todos nós e não de cada um. Persistir nessa posição é desconhecer a realidade. E dou um exemplo:

Se em determinada região quisermos combater a erosão através das "micro-bacias de conservação do solo", necessitamos de três pré-condições: 1) do projeto técnico — que pode ser elaborado tanto pela ACARPA, como pela Prefeitura local ou pela Cooperativa de Produção, se houver; 2) da vontade de todos os proprietários de áreas de terra naquela micro-bacia; e, 3) de recursos para implementar o projeto. E aí, nós deparamos com um problema prático, pois se o projeto facilmente conseguirmos, a vontade e a concordância de todos nem sempre e os recursos da forma como se pretende, isto é, totalmente provido dos agricultores, tornam-se difíceis, mormente agora com a agricultura em crise pelos altos juros cobrados nos financiamentos e pelas últimas frustrações de safra que descapitalizam o agricultor.

Em uma micro-bacia algumas propriedades estão com suas curvas de nível em perfeito estado, retendo convenientemente as águas pluviais e ficam impraticável convencer esse proprietário a investir mais recursos que ele já não tem somente para tornar viável o projeto global de uma micro-bacia. E esta é a questão. É necessário que o Estado se conscientize também que a responsabilidade de se preservar nossa riqueza maior importa também em investir. E o mais importante é que o que se deve investir, hoje já é gasto, pois as últimas chuvas mostraram o quanto iremos gastar para recuperarmos estradas, pontes e bueiros, tanto o Estado como as Prefeituras, quando essas estradas transformaram-se em caudalosos rios de águas pluviais. Houvesse um trabalho pronto de conservação do solo, mantendo a fertilidade da terra e levado ao mínimo as consequências desastrosas. Assim sendo, parte dos custos de implantação de qualquer programa deve ser assumido pelo Governo e parte que couber ao agricultor deve o BANESTADO oferecer linhas de crédito especial.

Portanto, resumindo e reafirmando, nossa proposta é a de centralizar a decisão e descentralização a ação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando que se digne determinar a sua Casa Civil providências para resposta aos seguintes quesitos:

1 — Quais os órgãos da administração direta e indireta do Estado que depositam numerário em outros Bancos que não o

BANESTADO, e quais os motivos porque não o fazem;

2 — Se algum órgão da administração direta ou indireta do Estado mantinha negociações com o Grupo Coroa - Brastel e, em caso de resposta afirmativa, quais os prejuízos que tiveram em tais negociações?

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar urgentes providências para melhor equipar a Subdivisão Policial do Município de Paranaguá, que atualmente conta com duas viaturas em péssimo estado de conservação. Conforme pronunciamento feito na Câmara Municipal de Paranaguá, pelo Vereador Marcos Antônio Augusto da Silva, é comum a autoridade policial não atender ocorrências de sua competência por falta de veículos que permitam a rápida locomoção de funcionários-policiais. Como se trata de reivindicação plenamente justificável, julgo importante aduzir que o atual estado de insegurança da população é extremamente preocupante e merece maior atenção dos responsáveis pelo Governo do Estado.

Requeiro, ainda, se dê ciência ao Vereador Marcos Antônio Augusto da Silva da presente manifestação.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Senhor Desembargador Alceu Conceição Machado, Mui Digno Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, consubstanciado em solicitação no sentido que seja incluído no anteprojeto do novo Código de Organização Judiciária do Paraná, a implantação de mais uma Vara Cível na Comarca de Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz tendo em vista que, Toledo é hoje um município com uma população aproximada de 100.000 habitantes, possuindo 46.376 eleitores inscritos até abril do corrente ano, o que vem provar o crescente desenvolvimento que se verifica a cada ano que passa. Conseqüentemente, é urgente a criação de novos órgãos públicos, aumentando a estrutura de prestação de serviços para aquela comunidade.

Atualmente enormes prejuízos vem tendo aquela população em vista do grande volume de processos em andamento na única Vara Cível existente, o que provoca uma razoável demora na solução das questões em pendência, tendo em vista ainda, que a Comarca de Toledo, se estende em sua jurisdição, até o Município de Nova Santa Rosa.

Neste sentido é que se encaminha o presente apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sempre atento às justas reivindicações de nosso povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, solicitando-lhes que se empenhem ao máximo para concretizar aspiração da classe comercial e industrial de Maringá que, na condição de empregadores,

têm manifestado sérias preocupações relativamente à viabilização do pagamento do décimo-terceiro salário aos seus empregados. Na realidade, a denominada margem de lucros tem sido muito relativa até mesmo para a classe patronal que, atordoada pela inflação e caos econômico generalizado, estão sobrevivendo com baixíssimo percentual de expansão ou, em freqüentes casos, em visível marcha para o retrocesso. E é porque também o empresariado maringense está vivendo intensamente a asfixia ditada pelo bloqueio internacional contra nossa gente, que necessário se faz o recurso a este paliativo: dilatar o prazo para o recolhimento do ICM aos cofres públicos no mês das festas natalinas, para se viabilizar AGORA o antigamente fácil pagamento do décimo-terceiro salário aos trabalhadores.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER a inserção, na ata da Sessão de hoje, do texto integral de referido editorial, para que os Anais da Casa elucidem as gerações do futuro sobre a vida e a obra do Presidente Getúlio Vargas.

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais,

Considerando transcorrer, no dia de hoje, o 29.º aniversário do infausto passamento do Presidente Getúlio Vargas;

Considerando que o eminente estadista muito lutou em prol da emancipação econômica do País e em prol da valorização do Trabalho, através de progressista legislação social, de amparo ao trabalhador;

Considerando que, com a assinatura do jornalista Alfredo Isfer, o "Diário Popular" estampou, na sua edição de hoje, sob o título "In memoriam" a Vargas, bem colocado editorial, de análise da obra imorredoura do saudoso Presidente, que sintetizou o pensamento do Povo Brasileiro.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós não pretendemos voltar a esta tribuna para tecer mais comentários, para somar mais críticas às inúmeras que já foram formuladas com relação ao episódio da demissão do atual ex-Presidente do BANESTADO, Léo de Almeida Neves.

A propósito, cavalheiro, desprendido, ainda há pouco pela imprensa ele externava os seus agradecimentos, e externava também serenamente a sua disposição de sempre trabalhar pela causa do Paraná. Mas porque eu fui um dos 34 Deputados do PMDB que assinou o manifesto de solidariedade a Léo de Almeida Neves, demissão esta cujo conhecimento só nos foi dado após consumado e pela imprensa, nós pretendemos externar aos nossos companheiros, Deputados, a nossa disposição de fixar também uma conclusão no episódio, da mesma forma como a fixou o ex-Presidente Léo de Almeida Neves.

Não há nada que se inicie que não deva ter um fecho. É por esta razão, nobres Deputados, que desta tribuna apresento da minha parte o fecho com relação a todo o episódio lavrado na estrutura do Governo do Estado.

Reconhecemos o direito de um governador de remanejar, de demitir, reconhecemos. Mas uma pessoa como Léo de Almeida Neves é alguém que deveria ter sido ouvido a nível de disposição de bancada, pelo menos com o aproveitamento racional, inteligente, pelo muito que ele representa a nível de Pa-

raná e de Brasil.

É por esta razão, Srs. Deputados, que embora não seja tradicionalista ou conservador, ainda acredito que o luto não é uma prática que deva ser totalmente deixado de lado; senão por muito tempo, pelo menos por uns oito dias acredito eu que o luto é uma prática que não deve ser totalmente considerada como algo relegado ao esquecimento.

É por isto que pelo menos de minha parte, enquanto lamento profundamente não ter ocorrido uma postura mais coesa, mais firme, que culminasse até mesmo por um rompimento integral com o governo, enquanto não surgisse uma alternativa honrosa para o caso Léo de Almeida Neves; enquanto lamento profundamente, apresento o meu fecho, que não é apenas meu, que é também de um companheiro de bancada por nossa cidade de origem, que é Maringá, Ferrari Júnior e eu, porque entendemos que luto é uma prática que ainda merece ser cultivada pelo menos um pouco.

Em sinal de luto, pela demissão de Léo de Almeida Neves, decidimos não recepcionar na cidade de Maringá, no dia de ontem, o Sr. Governador José Richa e toda a sua equipe de Secretários. Desta forma, sabendo efetivamente que os reflexos são mínimos, que são insignificantes, mas receba pelo menos, Sr. Léo de Almeida Neves, a nossa derradeira manifestação e nós a proclamamos, a derradeira foi esta. Por solidariedade, e mais do que isto, pelo descaso com que foi tratada a Bancada Estadual do PMDB.

Enquanto esperamos dias melhores, nós que postulamos sempre uma condição diferente de postura e tratamento com o Legislativo, da nossa parte, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é este o fecho que nós selamos. E, que não nos chamem de falta de ética, porque os fatos foram abertos. Luto ontem, de nossa parte em Maringá pela demissão do Sr. Léo de Almeida Neves, cujo caso para mim passa a ser encerrado a nível desta tribuna.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Luto, dizia o ilustre companheiro Tadeu Bento França, é um fato. Luto pela segunda cassação do Deputado Léo de Almeida Neves, agora pelo PMDB, e também porque não dizer com referência a nossa ausência, ontem, na cidade de Maringá, quando da instalação do Governo do Estado do Paraná para com as coisas de Maringá.

Senhor Presidente, senhores Deputados, o Governador José Richa, falando à imprensa de Londrina, desmentiu categoricamente o que disse à Bancada do PMDB numa reunião, o "delfinzinho do Paraná". Dizia o Senhor Erasmo Garanhão: várias coisas ligadas a Delfim Netto — a Delfim Netto não, a Léo de Almeida Neves. E, agora, o Governador disse em Londrina que o Léo de Almeida Neves caiu porque, infelizmente, não havia escolhido os seus diretores do BANESTADO e, se não havia escolhido os seus diretores, foi uma imposição à nomeação dos diretores do BANESTADO. Então, esses diretores — subentende-se — têm muito a ver com a queda do Léo. E dizia mais o Governador: que o problema do Léo de Almeida Neves foi uma questão de relacionamento. Relacionamento com quem? Pergunta-se... No meu modo de ver, o pecado do Léo de Almeida Neves foi não ter um bom relacionamento com o nosso "delfinzinho".

E, sabendo agora da tentativa de extinção da EMOPAR, a Bancada do PMDB colocou-se contra a extinção da EMOPAR. E dizia, hoje ainda, o eminente companheiro Adhail Sprenger Passos, fazendo uma exposição do que é EMOPAR, numa verdadeira aula que ele dava à nossa bancada — e ele tem competência para isso, é culto, é estudioso —, nós vimos e nos assusta-

tamos quando tomamos conhecimento de uma Comissão que existe, que estudou a situação da EMOPAR, e que optou pela extinção da EMOPAR — o órgão que existe no Estado do Paraná, no Governo do Estado do Paraná há vários anos.

E, eis que nos chama a atenção a presença, nesta Comissão, também do Secretário de Finanças do Estado do Paraná, o Erasmo Garanhão, o já conhecido "Delfim Netto" do Paraná. Lá estava ele também a dar o seu parecer pela extinção da EMOPAR. Extinguir a EMOPAR é demitir funcionários, é botar chefe de família na rua, é assinar um atestado de incompetência e, outra vez este Secretário de Estado assina um atestado de incompetência.

E tenho comigo que uma posição firme há de ser tomada pelo senhor Governador José Richa. Nós temos no Governo do Richa dois extremos em termos de secretariado: um faz as besteiras, o outro conserta. As besteiras são feitas pelo Senhor Erasmo Garanhão, mas ainda bem que o Governador José Richa tem ao seu lado um Secretário de categoria chamado Oto Bracarense Costa, que é o homem que conserta as besteiras feitas pelo senhor Erasmo Garanhão, é um homem político, é o que discute política e é realmente o grande cabeça do Governo do Estado do Paraná, para não dizer que nós estamos aqui numa condição de radicalismo, porque estamos a criticar o nosso "delfinzinho". Não! Tem também as coisas boas em termos de Secretaria, entre outros, Secretários, o senhor Oto Bracarense Costa, que é muito benquisto pela Bancada do PMDB, diga-se de passagem.

Mas, concluindo, porque o AI-5 eletrônico aí é fogo, chegou o horário, ele corta mesmo. Ou o Governo José Richa bota na linha o tal de Erasmo Garanhão, ou esse Secretário será uma desgraça para o Estado do Paraná e para o próprio Governo do PMDB, que é o nosso Governo, o meu Governo, o Governo do povo do Paraná escolhido por maioria absoluta extraordinária nas urnas em 15 de novembro.

Muito obrigado, senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Furiatti) — Continuando no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor Presidente, nobres senhores Deputados.

Nosso grande companheiro, Deputado cassado, suplente de Deputado Federal, Léo de Almeida Neves, caiu nas mãos de Erasmo Garanhão, mais pelos acertos que vinha fazendo no Banco do Estado do que por eventuais erros. E num desses acertos, propunha, quando ainda Presidente do Banco do Estado, o Sr. Léo de Almeida Neves, a extinção do Banco Del Paraná. Porque se o Banco do Estado do Paraná apresentava prejuízos, não foi por erro administrativo do atual ou então Presidente Léo de Almeida Neves, cujo tempo que ficou na administração não deu nem sequer para vencer a operação mais simples que se faz em banco, ou seja, o "papagaio", nem quatro meses de gestão tinha.

Mas como Léo de Almeida Neves propunha acertadamente, e não teve do atual Presidente do Banco del Paraná, Sr. Hidalgo, o aval, queremos usar a força desta Casa, o Poder Legislativo, para propor, em nosso requerimento, que seja extinto o Banco Del Paraná.

A justificativa é de que esta subsidiária, Banco Del Paraná, ajudou a agravar a situação quase falimentar do Banco do Estado, com déficit de duzentos e cinquenta e seis milhões de perdas, só neste semestre. Em operações que foram feitas anteriores à administração de Léo de Almeida Neves. Além disto, o Banco Del Paraná já foi criado com o vício de origem. Esta instituição subsidiária, para se estabelecer, deveria ter recebido a autorização formal do Poder Legislativo do Estado do Paraná,

nos precisos termos da Lei das Sociedades Anônimas, Lei que leva o número 6.404, de 1976.

Mas, como o Poder Legislativo sempre foi considerado lixo, como nunca fomos ouvidos, mesmo quando a lei manda que sejamos ouvidos, o Banco do Estado do Paraná foi criado ao arrepio da lei. Arrepio ao artigo 236, que diz que a Constituição de Companhia de Economia Mista depende de prévia autorização legislativa. Ou então, no seu artigo 237, que fala que a Companhia de Economia Mista somente poderá explorar os empreendimentos, ou exercer atividades previstas na lei que autorizou a sua constituição.

Portanto, os registros técnicos desta Assembléia Legislativa que fomos procurar, não encontraram e não assinalaram qualquer lei autorizatória da criação do Banco Del Paraná, no período governamental anterior. Leva-se em conta que este estabelecimento foi portanto constituído ao arrepio da lei, nos idos de 1980.

Por outro lado, qual o objetivo do Governo do Paraná de então, de implantar um banco no Paraguai? Será que em meio à nossa pobreza franciscana, mascarada embora por obras faustosas como as do Governo anterior, poderíamos nos dar ao luxo de investir um bilhão e oitocentos milhões num país estrangeiro? Para quê? Para financiar intercâmbio comercial com firmas paranaenses, poderia se dizer?

Não. Na realidade, ao implantar o Banco Del Paraná no Paraguai, o governo anterior nada mais fez do que criar polpudos cargos para afilhados seus de lá. E, pior do que isto, financeiramente vem dando apoio à uma das mais vis e mais cruéis ditaduras da América Latina; vem ajudar a alimentar a corrupção do governo ditatorial de Alfredo Stroessner, no Paraguai.

Portanto, nesta hora de dificuldade que atravessamos, nada mais justo do que liquidar este investimento feito com a mal-fadada criação do Banco Del Paraná. Ademais, o projeto de liquidação do Banco Del Paraná que tem o apoio maior do corpo funcional do BANESTADO, que era então dirigido por Léo de Almeida Neves. Estima-se que a administração do Paraná, com seu compromisso de relação aos reais interesses do povo paranaense, haverá de querer aplicar aqui os cruzeiros disponíveis, em vez de financiar a atroz ditadura paraguaia, com esta infeliz aventura representada pelo Banco Del Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor Presidente, senhores Deputados. (Lê):

"Segundo organismos técnicos internacionais, uma criança desnutrida poderá produzir uma renda anual de 200 dólares a partir dos 15 anos e durante 35 anos seguidos. Uma melhoria de apenas quatorze por cento em sua alimentação, simplesmente dobrará sua capacidade de produção ao longo dos 35 anos de atividade.

Portanto, antes mesmo de educar, alimentar ainda é o primeiro e o melhor remédio.

Saliente-se, ainda, que noventa por cento da capacidade cerebral de uma pessoa, forma-se até os cinco anos de idade. E para que o quociente intelectual hereditário não sofra danos irreparáveis, a criança deverá ingerir uma quantidade mínima de nutrientes, que se não administrados em época oportuna, deixará, de modo irreversível, sua marca para toda a vida.

Estas considerações são particularmente válidas para nosso País, que tem sabidamente um contingente populacional jovem expressivo, fruto de um crescimento demográfico que supera os 2,7% ao ano.

Assim, à primeira vista, deveria o governo brasileiro estar extremamente preocupado com a alimentação de suas crianças;

infelizmente, parece que essa não é a realidade.

Referimo-nos, nesta oportunidade, sobre o abastecimento e política de preços dispensada ao LEITE, alimento primeiro em importância para a adequada nutrição infantil.

Enquanto o trabalhador, em particular o de salário mínimo, tem aumento de seis em seis meses, de apenas oitenta por cento de um INPC já expurgado, o leite, que teve aumento em julho último, terá, já a partir do próximo mês, reajustes periódicos, segundo acordo dos pecuaristas com o governo federal.

O panorama do abastecimento do leite em nosso País, começa pela própria capacidade física de produção. Não sabemos sequer quanto produzimos, nem a quanto monta nosso rebanho. As estatísticas são falhas e contraditórias, dificultando uma política coerente para o setor. Há alguns anos, falava-se que nosso rebanho bovino já era superior a 100 milhões de cabeças. Devemos ter hoje no Brasil, com a violenta retração no consumo interno de carne, mais gado do que gente.

O descompasso que tem sido a tônica da política governamental em todas as áreas, faz-se sentir também em relação ao leite.

Inventou-se o tipo C, com apenas dois por cento de gordura, leite aguado e que há algum tempo atrás poderia levar o leiteiro para a cadeia. Sábua medida. Para não deixar faltar manteiga e outros derivados preciosos às classes dominantes, roubamos às crianças as vitaminas A e D, tão necessárias ao normal desenvolvimento infantil.

Criou-se o chamado leite especial, que de especial só tem mesmo o nome. Temos o tipo B e o leite esterilizado, em embalagens cartonadas, a preços proibitivos para o trabalhador, mas que garante o abastecimento normal para as classes de alta renda.

Senhor presidente, senhores deputados.

Alimentação é matéria de segurança nacional!

Alimentação infantil deveria ser prioridade de qualquer governo!

E, no entanto, quanto ao abastecimento de leite, a confusão é geral. Produtores protestam e abatem as matrizes. O consumidor, no fim da linha, para não dizer "no fim da picada", não tem meios nem de protesto nem de defesa. E, como sempre, os intermediários continuam a manipular o mercado e a fazer fortuna.

Não podemos, em sã consciência, tentar crucificar o produtor, sabidamente desprotegido, quanto aos custos cada vez maiores, representados por aumentos astronômicos nas rações, vacinas e outros itens básicos necessários à produção e que, controlados pelas grandes corporações não sofrem tabelamento e muito menos vigilância por parte dos órgãos governamentais.

Senhor presidente, nobres Deputados.

Um país que encontra mecanismo eficazes para subsidiar o querosene de aviação, para alegria das companhias aéreas internacionais, pode também, acreditamos, formular uma política coerente para o LEITE, compatível com a realidade brasileira.

Linhas de financiamento a juros diferenciados para os produtores, tabelamento dos preços dos insumos e de todos os derivados, seriam medidas que, a curto prazo, disciplinariam o mercado.

Com a palavra, o Ministério da Agricultura.

Desta tribuna, fica a nossa denúncia e o nosso alerta. Um país como o Brasil, que produz e consome mais aguardente do que leite, não pode almejar chegar um dia a ser potência.

Obrigado Sr. Presidente."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Senhor Presidente, senhoras e

senhores Parlamentares.

Se vivo fosse, quem estaria nesta tribuna neste instante, seria o saudoso Deputado Domício Scaramella.

Hoje, 24 de agosto, relembramos e aqui prestamos a nossa homenagem, ao saudoso e querido Presidente Getúlio Vargas, tristemente desaparecido. (Lê):

"Ao assumirmos a tribuna nesta tarde, para falar neste expediente, o fazemos com grande satisfação, porquanto nosso objetivo é render merecida homenagem a um homem que verdadeiramente revolucionou este País.

Queremos relembrar a eminente figura de GETÚLIO DORNELES VARGAS, e é com saudades daquele homem público que foi o maior Estadista Brasileiro de todos os tempos, que nos propomos a reavivar resumidamente a extraordinária trajetória política deste Patriota, defensor intransigente dos elevados e soberanos interesses nacionais.

Estava a Nação sofrendo as consequências da miséria de um lado, e a opressão retrógrada de uma oligarquia que se perpetuava no poder, quando uma revolta do POVO, amparada pela Aliança de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com o apoio do Nordeste, trouxeram GETÚLIO VARGAS ao Poder, depois da eclosão da Revolução de 3 de Outubro de 1930, no Rio Grande do Sul. Em seguida todo o País se mobilizou em apoio dela. E, já no dia 24 de outubro VARGAS assumiu o Governo, no Palácio do Catete, recebendo-o da Junta Militar que havia deposto o Presidente WASHINGTON LUIZ.

GETÚLIO VARGAS deu o voto secreto ao Povo, libertando-o dos caciques do CORONELISMO em política e do voto a bico de pena.

Fez mais, convocou a Mulher Brasileira, ao dar-lhe também o direito de votar e ser votada. É crescente desde então, o número de representantes femininas nas Casas Legislativas, inclusive aqui neste Parlamento, pois temos a honra e o orgulho de termos as senhoras Deputadas IRONDI PUGLIESI e AMÉLIA HRUSCHKA que muito enriquece e engrandece este Poder.

O trabalhador nunca ocupava o seu devido lugar como instrumento do progresso. A classe patronal não lhe reconhecia direito algum.

O Governo de VARGAS dignificou o trabalho e o trabalhador. Deu a este UM STATUS. A Legislação Social veio pacificamente. Determinou estabilidade no emprego, jornada de oito horas, remuneração de horas extras, do trabalho noturno e do trabalho insalubre, salário-mínimo, salário-família, assistência médico-hospitalar, lei de aposentadoria e pensões.

Os jovens trabalhadores pouco sabem dessas conquistas, e sabem menos ainda sobre a ação do Presidente Vargas no campo trabalhista.

Ao voltar ao Poder, nos braços do POVO, em 1950, GETÚLIO VARGAS teve de lutar contra todos os obstáculos que formados por inescrupulosos brasileiros, tentaram impedir sua posse. Em cumprimento as suas promessas, VARGAS no Governo se consagrou pela execução de um programa nitidamente desenvolvida à base do NACIONALISMO. A primeira mensagem de Vargas ao Congresso, em Março de 1951, abordou questões da Criação do Plano Nacional do Carvão, do desenvolvimento da Amazônia, da Criação da ELETROBRÁS, do controle das Exportações e Importações, do controle de remessa de lucros, e da reforma administrativa.

São do Presidente VARGAS o Plano de Valorização da Amazônia, o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste, o Plano Nacional de Eletrificação, Criação da PETROBRÁS, o Plano do Reparelhamento econômico do Brasil etc...

Côncio de suas responsabilidades perante a Nação, que o levava à Presidência da República, e côncio de que apenas interesses de ordem material é que serviam de mola para a campanha de injúrias e calúnias, Getúlio Vargas se recusou a humilhar-se

Com uma renúncia injustificável: "DAQUI SÓ SAÍO MORTO!" Antes de suicidar-se no dia 24 de agosto de 1954, disse ao seu líder, na Câmara, o DEPUTADO GUSTAVO CAPANEMA "MINHA SAÍDA OU MINHA PERMANÊNCIA NO GOVERNO DEIXOU DE TER SIGNIFICAÇÃO PARA MIM. O QUE EU NÃO QUERO É A DESONRA. O QUE EU NÃO QUERO É TER, NA HISTÓRIA MEU NOME ENVOLVIDO NA COMPLACÊNCIA COM LADRÕES E ASSASSINOS."

Um tiro no coração o fez tombar heroicamente. Preferiu o suicídio à vergonha.

Cumpriu-se o que o Presidente Vargas dissera na Carta Testamento.

"SE AS AVES DE RAPINA QUEREM O SANGUE DE ALGUÉM, QUEREM CONTINUAR SUGANDO O POVO BRASILEIRO, EU OFEREÇO EM HOLOCAUSTO A MINHA VIDA."

Hoje a imagem do saudoso Presidente GETÚLIO VARGAS está sempre viva no coração do POVO BRASILEIRO... quando homens incompetentes, gerais de pijama estão a governar este País, tentando agora tirar do trabalhador brasileiro, com esta lei vergonhosa que foi enviada ao Congresso, em que o PDS está se curvando diante da ameaça contra o trabalhador brasileiro. Nós, desta tribuna, junto com os partidos de Oposição, o PDT, o PT e o PTB, que graças a Deus voltou ao seu lugar, que era ao lado da Oposição; e com o nosso glorioso PMDB, quero, meus companheiros da Assembléia, prestar uma homenagem hoje como fiz no dia 19 de abril, quando comemorávamos o centenário do nascimento de Vargas. Eu naquele dia falava de Getúlio Vargas e apresentei um projeto citando o nome, deste plenário, do saudoso Deputado Daros. Hoje eu quero também prestar uma homenagem ao grande trabalhista que é Léo de Almeida Neves, que foi tirado sem justa causa da Presidência do Banco do Estado do Paraná. Por isso, aqui vai a minha homenagem ao Deputado Léo de Almeida Neves.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Há um antigo adágio popular que diz: "Dai ao povo o que é do povo e daí a César o que é de César."

Eu queria aqui neste momento prestar, porque não dizer, uma homenagem à bancada do PMDB que está tendo coragem, altivez e capacidade suficiente de vir aqui e desta tribuna denunciar os erros do Governador José Richa; de vir a esta tribuna dizer um chega à burocracia, e dizer um sim ao que tanto o Brasil está precisando no mando político neste País.

É com tristeza Sr. Presidente e Srs. Deputados, que vemos que a malfadada linha Delfim, sai da esfera federal e vem para a esfera estadual, onde vem fazer com que a tecnocracia mais uma vez se sobreponha à política de nosso País.

Eu queria Srs. Deputados, com o devido consentimento e a devida permissão da bancada do PMDB, também fazer uma crítica a este governo; também falar de uma pessoa, talvez mais incompetente do que todas estas que os Senhores têm citado do lado de lá, que é a incompetente senhora Gilda Poli, Secretária de Educação de nosso Estado. Por diversas vezes ocupei esta tribuna para dizer os desmandos que ela fez no meu Município de Apucarana, e hoje, é com tristeza e é com pesar, que pude ler no Diário Oficial e na página 12 de 19/08/83 a Resolução n.º 2.881/83, baixada pela incompetente senhora Secretária de Estado Gilda Poli Rocha Loures, no seu artigo 6.º, em que diz que as atividades dos desfiles públicos, dos estabelecimentos de ensino, serão substituídas por outras atividades pedagógicas.

Eu venho desta tribuna, perguntar aos Srs. Deputados,

onde está o espírito de civismo; onde está o espírito de patriotismo de uma secretária de Educação, que com um simples decreto quebra todas as tradições de patriotismo e põe abaixo toda a admiração de nossas crianças pelos heróis de nossa Pátria, onde derruba com uma simples resolução, os monumentos históricos de nosso País, tirando o desfile das crianças; o desfile dos colegiais no dia 7 de setembro.

Nós que estamos num País onde precisamos incentivar o otimismo, e acima de tudo o patriotismo, vem uma senhora não sei de que origem, não sei de que ideologias, das quais tenho as minhas suspeitas nesse momento, dizer que as nossas crianças, os nossos filhos, não mais participarão de desfiles em homenagem à Independência de nosso País, a Independência de nossa Pátria.

Eu volto a repetir, senhor presidente, senhores deputados, precisamos incluir o espírito de patriotismo que tanto nossos filhos estão precisando, que tanto nossas crianças estão precisando.

Pelo toque da campainha, senhor presidente, e em respeito a sua pessoa que hoje orgulhosamente preside pela primeira vez o nosso Plenário, eu aqui encerro meu discurso, pois meu tempo está esgotado.

Muito obrigado, senhor presidente.—

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Esta presidência é liberal.

A Mesa anuncia com satisfação a presença do vereador Antônio do Carmo Ribeiro, de Apucarana.

Está encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Há doze dias atrás, ocupamos esta tribuna durante uma hora, abordando um tema que poderíamos basicamente definir como "O Processo de Desertificação Através da Destruição Ecológica".

Apoiados por exaustiva pesquisa pudemos trazer a esta Casa, elementos que dão uma idéia do panorama mundial, brasileiro e do Paraná. Idéia aterradora no caso de nosso Estado mais especificamente no que concerne a erosão a que estão submetidos nossos solos, do arenito caiua à rica terra roxa.

Resgatamos daquele nosso pronunciamento dois dados que nos parecem importantes para rapidamente verificarmos a situação atual do Paraná: um trágico-cômico - "tal qual acidentes geográficos, as voçorocas (verdadeiras crateras provocadas pela erosão), são hoje já nominadas, como por exemplo, a Voçoroca Colónim, em Paranaíba". Ora, vejam só. Outro, somente trágico: "estatísticas demonstram claramente que todas, todas as principais culturas agrícolas estão diminuindo, ano após ano, sua produtividade em nosso Estado. Quer dizer, a fertilidade da ainda rica terra roxa está desaparecendo".

Isto é grave, senhor presidente, muito grave, senhores deputados. E as autoridades, infelizmente, parecem rir do problema, pois, em função da diversidade e quantidade de órgãos envolvidos na problemática do combate à erosão, se perdem na descoordenação total existente hoje.

Temos, senhores deputados, nos detido na análise da situação, buscando uma solução.

Temos uma proposta concreta a fazer, a reiterar, explicitando melhor.

Mas antes, senhor presidente, dando asas à imaginação, derivando do concreto para o hipotético ficamos a pensar o que ocorreria nesta Assembléia, se assim como brincam as autoridades

des encarregadas de combater a erosão, brincássemos nós deputados, também.

Partindo de uma possível indagação a nós dirigida por alguém, sobre de quem é a competência de dar nome às voçorocas, das Câmaras Municipais ou da Assembléia Legislativa, poderíamos, senhor presidente, avocar a esta Casa mais esta prerrogativa. Teríamos, quem sabe, que enfrentar uma árdua batalha contra vereadores e até imaginamos que a saída seria dada pelo arguto deputado Aníbal Khury propondo emenda constitucional, sensibilizado por algum deputado que esbravejando diria: Ora! Não admito perder mais essa. Já perdemos o mando político, mas, agora, é a nossa vez, a voçoroca é nossa!

Não restam dúvidas, senhor presidente, ganharíamos essa disputa e aí então, senhor presidente, aumentaria consideravelmente o trabalho, nesta Casa. Inúmeros projetos homenageando não se sabe quem, seriam propostos; até imaginamos o deputado Requião, descobrindo algum Barão que merecesse dar seu nome a alguma dinâmica voçoroca, e aí não se saberia então, se, para homenagear ou ridicularizar! Poderia até, o deputado Gabriel Manoel não gostar, e contestar, dizendo que seria a falência das elites, ou melhor, da nobreza, pois, Barão não pode dar nome a acidente geográfico desse tipo! Ainda na área do absurdo, senhor presidente, tenho certeza que, a atual estrutura montada com essa parafernália de órgãos e empresas supostamente criadas para combater a erosão seria firme e energicamente defendida pela totalidade dos deputados, unindo, vez por todas, as bancadas do PMDB e PDS, nesta Casa, pois, essas empresas e órgãos são a garantia da continuidade da erosão, e, conseqüentemente, das voçorocas, e a oportunidade de homenagear-se, sempre, e cada vez mais, gente do Paraná! E quem sabe — quem sabe — pareceríamos nós, tratando desses problemas sérios, como parecem outros, pretensamente, combatendo a erosão!

Senhor presidente, senhores deputados, voltemos ao real. Deixemos de brincar com assunto tão sério. Se brincamos, foi para evidenciar o ridículo da situação, foi para chamar a atenção, foi para demonstrar que, um Estado como o nosso que tem sua economia vazada, assentada na produção rural, não pode deixar de eleger como prioridade número 1, a conservação de nossa riqueza maior, do nosso solo.

E a nossa proposta é a de que seja criado um programa especial de combate à erosão, chefiado pelo próprio governador do Estado. Nossa proposta, basicamente, consiste em que se centralize a decisão e se descentralize a ação.

Recapitulando o que dissemos em pronunciamento anterior, podemos afirmar que os órgãos envolvidos de uma ou de outra forma com a problemática da erosão, são os seguintes: Copel, Sanepar, Surehna e Sucepar, da Secretaria do Interior, Café do Paraná, Acarpa e ITC, da Secretaria da Agricultura, DER, da Secretaria dos Transportes, Ipardes, da Secretaria do Planejamento e Banco do Estado, da Secretaria das Finanças.

Ora, fica evidente, senhores deputados que, por um problema de hierarquias somente o governador é quem pode chefiar um programa sério e eficiente de combate à erosão. Nenhuma Secretaria ou secretário tem condições para tal e se se insistir nessa tentativa, veremos passar mais 4 anos sem que se realize nada de concreto.

Os recursos estão disseminados por esses órgãos que os gastam na maioria para, simplesmente, manter suas estruturas funcionais. Dizendo isto, senhores deputados, queremos demonstrar a necessidade imperiosa de centralizar nas mãos do governador a decisão.

A descentralização da ação que entendemos necessária seria realizada através de convênios entre o Programa Especial de Combate à erosão e às prefeituras municipais e cooperativas de produção, conquanto são as prefeituras e cooperativas que melhor conhecem o problema e saberiam melhor eleger as prioridades em cada município.

Senhor presidente, não bastam campanhas através dos orãos de comunicação, que são válidas, mas que estas campanhas são no sentido somente de tentar conscientizar o homem do campo acerca da importância da conservação do solo.

É preciso a conscientização, antes de tudo, do próprio governo, pois, o solo é riqueza de todos nós e não de cada um. Persistir nesta posição é desconhecer a realidade e dou um exemplo, deputado Furiatti: se em determinada região quisermos combater a erosão através das "microbacias" de conservação do solo", necessitamos pelo menos de três pré-condições: 1a.) do projeto técnico - que pode ser elaborado tanto pela Acarpa, como pela prefeitura local ou pela cooperativa de produção, se houver; 2a.) - da vontade de todos os proprietários de áreas de terra naquela microbacia, e aí a importância então da campanha de conscientização feita pelos órgãos de comunicação; 3a.) - de recursos para implementar o projeto. Aí, senhor presidente, nós deparamos com um problema prático, pois, se o projeto facilmente conseguimos, a vontade e a concordância de todos nem sempre, e os recursos da forma como se pretende, isto é, totalmente provindo dos agricultores, tornam-se difíceis, mormente afora com a agricultura em crise pelos altos juros cobrados nos financiamentos e pelas últimas frustrações de safra que descapitalizam o agricultor.

Em uma microbacia, algumas propriedades estão com as suas curvas de nível em perfeito estado, retendo convenientemente as águas pluviais, e fica impraticável convencer esse proprietário a investir mais recursos que ele já não tem somente para tornar viável o projeto global de uma microbacia. Esta é a questão, senhores deputados. É necessário que o Estado se conscientize também, que é responsabilidade preservar a nossa riqueza maior, e que importa também em investir; e o mais importante é que o que se deve investir hoje, deputado Furiatti, já é gasto, pois, as últimas chuvas mostraram o quanto iremos gastar para recuperar estradas, pontes e bueiros, tanto o Estado como as prefeituras, quando essas estradas transformem-se em caudalosos rios de águas pluviais.

Houvesse um trabalho pronto de conservação do solo, através de microbacias, teria essa água sido retida no solo, mantendo a fertilidade da terra, elevado ao mínimo, as conseqüências desastrosas. Assim sendo, senhores deputados, parte dos custos de implantação de qualquer programa, deve ser assumido pelo governo e a parte que couber ao agricultor deve o Banestado oferecer linhas de crédito especiais.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento). Nobre deputado Mário Pereira, vejo Vossa Excelência lutando por uma causa justa, mas, é muito simples, não é preciso a interferência do mago Merlin, ou o da Assembléia Legislativa, Aníbal Khury, nem do afoito Gabriel Manoel, nem do "Delfim Neto do Paraná", o secretário das Finanças, basta que Vossa Excelência recorra aos canais competentes com o seu governador, o homem que prometeu o messianismo no Paraná, de transformar este Paraná numa terra onde só faltaria cair o maná, basta que Vossa Excelência e sua ilustre bancada combativa vão aos canais competentes e, terão o apoio desta Assembléia, porque aqui nós fazemos leis, ajudamos a elaborá-las quando o deputado Aníbal Khury as faz, e outros deputados também ajudam a fazê-lo, então, seria "chover no molhado" vir Vossa Excelência aqui, dizer as grandes verdades que o Paraná precisa. Não são só as voçorocas. São as crateras nas estradas que estão aí. São quilômetros de estradas que estão aí, feitas por Ney Braga, Jayme Canet, Paulo Pimentel, e governos da Arena tão criticados por Vossa Excelência. Nós não queremos que o governo José Richa fosse um governo "tapa buracos".

Nós queríamos que ele sensibilizasse o senhor secretário dos Transportes a tapar as crateras e as voçorocas nas estradas onde tantas e tantas mortes nas estradas, em acidentes, têm

haverido. Não é necessário que o deputado Gabriel Manoel com o seu falso messianismo talvez, venha a esta Assembléia dizer o que é verdade, o que sente, ou o que não sente. Bastaria, deputado dinâmico e jovem, que tem o futuro pela frente, que se o governador olhasse e chamasse os homens responsáveis pela erosão e fizesse um apelo, não um apelo, uma ordem, às duas bancadas e fôssemos conjuntamente lutar pelo bem-estar do Paraná e de sua gente, sem demagogia, deputado, sem esse folclore que hoje Vossa Excelência fala nos nomes dos deputados que muitas vezes não têm o seu tirocínio político, não têm a sua educação nos bancos das escolas, mas têm as mãos calejadas, têm os ombros calejados e muitas vezes, noites de sono perdidas em benefício do Paraná.

Diria a Vossa Excelência, como um amigo, um admirador seu, como um homem de tirocínio político, que dissesse ao seu governador o que Vossa Excelência está dizendo aqui, que mandasse uma cópia do discurso de Vossa Excelência.

Isso é um libelo para o governo do Estado, para que ele pudesse fazer algo, para que não saiam essas críticas onde quisessem prendê-lo em Brasília e ele disse que era governador do Paraná e não estava fazendo nada. Então disseram: volte ao seu Estado e faça alguma coisa.

Muito obrigado.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Vossa Excelência começou o seu discurso no Grande Expediente, falando em nome de voçorocas. Tem a voçoroca A, tem a voçoroca B, se eu pude entender.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Não se dá nome às voçorocas no Estado. A voçoroca já tem nome tais quais os rios, as montanhas, os acidentes geográficos.

O Sr. Ferrari Júnior — E Vossa Excelência discutiu o assunto que poderia até parecer cômico, mas não é, de se institucionalizar o nome da tal da voçoroca. Se eu consegui entender, voçoroca é um estágio avançado da erosão. É uma desgraça realmente para a terra, para quem trabalha a terra, para quem vive a terra, para quem produz em função da terra, mas Vossa Excelência busca um nome. Democrata que é, por certo colocaria até em votação. Se fosse colocado em votação, eu, democrata que sou, votaria no nome da tal voçoroca e indicaria o nome do secretário das Finanças do Estado do Paraná para a tal voçoroca.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento) — Nobre deputado Mário Pereira, o assunto da erosão no Paraná é um assunto que vem sendo debatido há algum tempo. Há divisão da erosão em dois aspectos diferentes: a erosão urbana e a erosão rural.

A erosão urbana, no nosso entender, merece um tratamento efetivo do governo a nível de consertar o que está estragado, porque atinge principalmente as estradas, as cidades e logradouros públicos. Porém, no que diz respeito à erosão rural, algum trabalho vem sendo feito, mas perde exatamente na hora que aquelas pessoas descentralizadas que seriam os agricultores precisariam ter em relação aos cuidados com a terra. Não tenho ainda uma posição firmada sobre vossa proposta, mas parece-me que o Paraná possui programas diversos de controle à erosão, na área rural. O problema é que eles se perdem no momento em que os agricultores precisariam tomar as medidas indicadas - e não as tomam -, por falta de recursos ou por estarem envolvidos numa tecnologia inadequada.

Então, seria interessante a divisão deste assunto nestes dois pontos, o primeiro deles - a erosão urbana - onde se faz necessária a ampla e imediata coordenação além dos trabalhos que a Sucepar vem fazendo com uma ação direta de governo. Porém, na erosão rural, de pouco adianta uma ação direta de governo, se, os indivíduos que têm que tomar as decisões de

controle da erosão, não o fizerem por consciência ou não o fizerem por condições econômicas.

Aproveito esse momento, para solicitar da bancada do PDS, o apoio ao projeto de lei que tramita nesta Casa, apresentado por nossa pessoa, que trata do código de uso do solo agrícola, em que, o Estado do Paraná, teria um código definido por lei de como tratar esse problema. Principalmente, dentro da tecnologia mais indicada que seria o tratamento da erosão do solo rural, dentro das microbacias. Quando temos exemplos dos mais brilhantes neste Paraná, como no município de Nova Santa Rosa, onde no município inteirinho está sendo feito um trabalho de microbacia e não temos maiores problemas com a erosão naquele município.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Vou continuar o discurso, deputado

Paulo Furiatti, porque trago desse assunto de microbacias e da intervenção do Estado, na propriedade particular na zona rural, e discordo, se é que entendi bem a sua posição, em parte com o sentido de que se quer dar, de que o Estado, na zona rural, deve conscientizar o agricultor. Somente acho, que está precisando e vou dizer no pronunciamento, a conscientização do próprio Estado, porque o solo não é riqueza de cada um e sim de todos nós. E eu volto ao assunto em seguida.

Concedo um aparte ao sr. deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião — Deputado Mário Pereira, pelo que bem entendi da sua proposta, ela colide com a proposta do plano de governo do secretário Belmino Castor Valverde. E quando Vossa Excelência, utilizando a tribuna desta Assembléia coloca a sua proposta em discussão, está acabando com uma grande "voçoroca" de falta de participação política que está esterelizando a participação do partido da Assembléia, e impossibilitando o cumprimento dos compromissos de palanque eleitoral.

Cumprimento o deputado por estar abrindo a esta Assembléia, a discussão de um assunto extremamente importante para o Estado do Paraná, e lamento que o deputado tenha que fazê-lo, sendo do partido do governo pela primeira vez, da sua tribuna, quando deveria ter tido a oportunidade de fazê-lo dentro da bancada e nas discussões do plano diretor do partido.

Muito obrigado, senhor deputado.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Agradeço o aparte, deputado Requião, e informo que entrei em contato com o secretário do Planejamento, Belmiro Valverde, que acha também que a solução é mais no aspecto executivo, porque projetos técnicos de combate à erosão, temos às dezenas; o que falta é um projeto de execução.

Ele inclusive, colocou o Iparde à nossa disposição, e parece-me que no plano de governo, ora em discussão, não há uma posição clara com respeito ao combate à erosão.

O que sinto, e aqui então concordo com o deputado Roberto Requião, é que parece que o plano de governo já está sendo atropelado, até quem sabe pela própria secretaria da Agricultura, nos programas de manejo integrado do solo, porque a verdade é que cada uma das Secretarias e destes órgãos que anteriormente citei, quer ser "o pai da criança", quer comandar o processo e aí é que realmente está a raiz do problema, na descoordenação que há entre os órgãos por pertencer a diversas Secretarias.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Nobre deputado Mário Pereira, parece-me que Vossa Excelência está cometendo um equívoco nesta análise. Em primeiro lugar, dentro da divisão da erosão urbana e da erosão rural.

Na erosão rural, nós temos que ter o projeto técnico, temos que ter a conscientização "e que todos queiram" e temos que ter recursos.

Primeiro lugar, senhor deputado, existe um trabalho

concreto que conheço, de microbacias, em que funcionou o trabalho de controle da erosão e existem falhas onde exatamente ocorre o problema onde todos queiram. Desta forma, sendo o solo uma propriedade da Nação, sendo uma propriedade particular passageira, nós fizemos uma proposta de código do uso do solo agrícola exatamente na transformação de lei para que, além da conscientização, exista a força de lei para que haja possibilidade de recuperação do solo. Em segundo lugar, recursos; por mais recursos que hajam, com uma taxa de juros de 85 por cento do INPC, mais 3 por cento de juros, nós encontramos uma dificuldade enorme. Hoje, se delegarmos às cooperativas, nós teremos um gravíssimo problema no combate à erosão do Paraná, porque nem todos os agricultores são associados da cooperativa. E está provado cientificamente: se não tivermos um projeto de controle da erosão urbana por microbacia, nós temos a inviabilidade do processo, porque Vossa Excelência sabe que dentro da microbacia, se quatro ou cinco agricultores não exercerem o processo de controle da erosão, todo o trabalho será perdido pela canalização das águas dentro do processo.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Exatamente, deputado Paulo Furiatti, entendo...

O Sr. Paulo Furiatti — E temos uma Emater do Paraná que possui uma estrutura de mais de mil pessoas. O que falta, na verdade, e eu concordo com Vossa Excelência, é termos definitivamente apenas um órgão que controle isso, seja a Agricultura, seja o Planejamento, seja o Iparde. Eu entendo que nesta discussão pode ficar o segundo plano para que o órgão mostre qual terá melhores condições de fazer isso. Até aí, concordo. Agora, descentralização para prefeituras e cooperativas, deixando uma estrutura que está aí a trabalhar, há muito tempo, e que tem competência técnica, lança dúvidas sobre isso.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Deputado Paulo Furiatti, estou querendo a centralização da decisão porque o que tem prejudicado mais é a descentralização da decisão, e acho que nenhum órgão no Paraná (e eu quero pedir licença para o deputado para concluir aqui, e depois, sobrando um tempo, volta a palavra ao deputado). Mas o que está ocorrendo com o Paraná é que nenhum órgão tem condições de tomar a decisão por todos envolvidos. Porque no momento em que tratarmos de microbacias, o DER está envolvido também e é da Secretaria dos Transportes; a Prefeitura está envolvida e a Secretaria da Agricultura não tem competência para decidir que o DER deva modificar a implantação de determinada estrada, mas concluo...

O Sr. Paulo Furiatti — Daí a transformação em lei de um código de uso de solo agrícola para que a coisa seja tratada em lei, senhor deputado.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Portanto, senhor presidente, senhores deputados, resumindo...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRIO PEREIRA — Em seguida, senhor deputado. Resumindo e reafirmando a nossa proposta é a de centralizar a decisão e descentralizar a ação, ou seja:

1. Criação do Programa Especial de Combate à Erosão sob a responsabilidade direta do governador do Estado (com recursos já previstos no próximo orçamento).

2. O Programa Especial de Combate à Erosão deve agir em convênio com as prefeituras municipais.

3. Parte dos custos diretos na implementação de cada projeto deve ser assumido pelo Estado e pelas prefeituras, diminuindo o peso financeiro incidente sobre o proprietário rural.

4. Os recursos para o Programa Especial de Combate à Erosão deverão ser originários de cada um dos órgãos envolvidos, de uma ou de outra forma, com o problema e nominados anteriormente.

Finalmente, senhor presidente, senhores deputados, apelamos à sensibilidade do governador José Richa para que receba nossa proposta como uma contribuição que permita seu

governo agir de forma coordenada nesse campo onde tanto dinheiro já foi "queimado" sem nada de concreto ser alcançado. Apelo este no momento em que se discute o plano de governo.

E concluímos da mesma forma que no pronunciamento anterior, feito há doze dias atrás, quando dizíamos que poderemos num futuro próximo, nós e nossos filhos, rir de nossa ignorância, a lutar hoje prioritariamente por uma política agrícola definida e uma política agrária justa, esquecendo-nos que estas políticas de nada servem se aplicadas ao solo erodido e desértico.

Com o aparte, o nobre deputado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - (Faz soar os tímpanos).
O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Lamentavelmente, não poderei entrar no mérito da proposta de Vossa Excelência. Mas como Vossa Excelência traz um assunto de vital importância para o Estado do Paraná, limito-me a congratular-me com Vossa Excelência e dizer-lhe, com total sinceridade, meus cumprimentos pelo trabalho apresentado a esta Casa.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Está encerrado o Grande Expediente. Passa-se ao horário das lideranças. A Mesa consulta à liderança do PMDB.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Por dez minutos, o senhor deputado Sabino Campos.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Tem a palavra o senhor deputado Sabino Campos, digno representante de Toledo.

O SR. SABINO CAMPOS — Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. (Lê):

No início deste século Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos da América, sintetizou em apenas uma frase a essência da política externa norte-americana.

"Fale macio e use um porrete".

É a política do Big Stick segundo a qual os Estados Unidos se auto-proclamaram como responsáveis pela tutela e policiamento da vida interna de todos os países latino-americanos.

Para colocá-la em prática as forças armadas norte-americanas, desde meados do século passado até o presente, semearam o pânico e o terror nos países da América Central e do Caribe. Invadiram todos os países da área, sem exceção. O México foi a principal vítima, com um total de 25 invasões armadas. Depois vem Honduras com 13, a Nicarágua com 9, a República Dominicana com 7; o Panamá, com 6; Cuba, com 4; Haiti e Guatemala, 3 cada; Costa Rica, El Salvador e Porto Rico com uma invasão cada, sendo que este último até hoje continua como colônia norte-americana.

Ao todo foram 73 invasões americanas.

Mas a intervenção direta não é o único método de dominação. Eles se utilizam também de governos reacionários nos diversos países latinos para defenderem seus interesses. Aqui se enquadram os golpes militares instigados por Washington, a exemplo do Brasil em 1964, do Chile em 1973 e da Argentina em 1976.

De posse deste currículo não é de se estranhar que, no presente momento, Ronald Reagan promova um ameaçador bloqueio aero-naval na Nicarágua.

Justamente agora quando os povos latinos comemoram os 200 anos de nascimento do libertador e anticolonialista Simon Bolívar, Reagan envia para o litoral da Nicarágua um portentoso aparato militar com poder bélico superior ao de todos os países centro-americanos em conjunto, com o claro objetivo de destituir o governo sandinista e interferir nos rumos da guerra civil de El Salvador.

É um claro ato de violação à soberania da Nicarágua. Violação assumida publicamente pelo próprio Reagan ao afirmar que "enquanto os sandinistas estiverem no poder será extremamente difícil encontrar uma solução para a crise da América Central."

Mas a história recente de ingerência norte-americana nos assuntos nicaraguenses não se iniciou com o atual bloqueio. Desde a revolução sandinista os EUA procuram desestabilizar o novo governo. Primeiro foi o boicote econômico. Depois veio o financiamento e treinamento, pela CIA, de somozistas e mercenários para guerrear contra os sandinistas. Em seguida, incentivam e preparam uma guerra localizada entre Honduras e Nicarágua. Agora a intervenção atinge um ponto crítico com o bloqueio e com operações conjuntas do exército norte-americano e hondurenho, que persistirão até o final deste ano.

E diante desta crise, bastante próxima de nosso País, qual tem sido a posição do governo federal?

Extremamente conivente com a agressão americana.

Vejamos. O Chanceler Saraiva Guerreiro, responsável pela política externa brasileira, apesar de formalmente declarar que deseja uma saída diplomática para a crise, afirma "pelo que sei e li nos jornais, estão sendo realizadas manobras navais, nada mais que isso".

Maximiano da Fonseca, ministro da Marinha, declarou: "este é um problema dos norte-americanos".

Mas, este não é um problema apenas dos norte-americanos. É um problema que diz respeito aos povos de todo o mundo. Diz respeito a todos os que buscam a paz e a liberdade em todos os continentes.

Calar-se ou manter-se numa posição de conivência e apoio só contribuirá para que no mundo continue as intervenções e ingerências dos Estados Unidos, da União Soviética ou de qualquer outro país com pretensões guerreiras e colonialistas.

Quanto a nós paranaenses, brasileiros e latino-americanos, cabe, além de protestar contra esta agressão a um povo soberano, exigir do governo federal uma clara e ativa posição em defesa do direito de auto-determinação dos povos, o fim do fornecimento de armas aos países centro-americanos, o encerramento das discriminações econômicas à Nicarágua e o fim do bloqueio naval norte-americano.

Neste momento em que o mundo atravessa uma séria e profunda crise política e econômica corremos o risco de qualquer atrito regional se transformar em conflito generalizado. Na convulsão do mundo atual qualquer fagulha pode provocar um grande incêndio, que desta vez seria fatal à humanidade.

"E com estas preocupações manifesto meu apoio ao Comitê de Solidariedade ao Povo da Nicarágua que estará realizando ato público de solidariedade do povo nicaraguense, nesta quinta-feira, dia 25, às 20 horas, no Colégio Estadual do Paraná, com a seguinte programação: Audio-Visual: — as lutas do povo da Nicarágua. Palestristas: Maíra Fegas Linhares, nicaraguense e coordenadora do Comitê de Porto Alegre; Luiz Henrique de Lima, vereador do PDT do Rio de Janeiro; José Maria Correia, vereador do PMDB de Curitiba; Valdir D'Angelis, 1.º Secretário da Câmara Municipal de Curitiba e vereador do PMDB; Rosana Bonn, jornalista; Malu Maranhão, jornalista.

Estão convidados: todos os parlamentares e pessoas comprometidas com a liberdade, com a independência e principalmente, com a soberania dos povos".

Obrigado, senhor presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — (Pela ordem) — Senhor presidente, o deputado José Antônio Fonseca fará uso da palavra pelo restante do tempo concedido a esta liderança.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — A Mesa concede a palavra ao nobre deputado Fonseca, representante de Medianeira.

O SR. ANTÔNIO FONSECA — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Donos do poder de governo, sob a justificativa de o terem assumido por "revolução", e assim estarem postados acima

da soberania constitucional da República, para mandarem transitoriamente pela força, os comandos militares, entre as inexplicáveis "inovações" que introduziram nas estruturas de governo e que acabaram por demolir este, mexeram também na organização física da República, descentralizando na área municipal, o poder de comando, nos municípios de fronteiras e de instâncias hidrominerais e de outras qualificações ao simples gosto desses comandos. E, como tudo o mais que esses senhores fizeram em nome de um projeto desenvolvimentista que convencionaram chamar de "milagre brasileiro" e que hoje redundou numa estrondosa falência econômica, agora entregue à administração do governo norte-americano como "A Folha de São Paulo" aqui acaba de noticiar, também os municípios sob intervenção federal, não fugiram ao processo, atrasando o progresso da força pioneira que os construíra, e em contra partida, formaram oligarquias econômicas que num locupletamento escancarado das respectivas rendas municipais, acumularam fortunas particulares, sobre as quais também estão isentas de esclarecimentos.

O advogado, escritor e companheiro, doutor Adolpho Mariano da Costa, com a visão e conhecimento de causa que o identificam, rompeu a censura revolucionária, através da arte literária, por onde denunciou o podridão que era o feudo interventorial de Medianeira, no seu livro: "O Donatário", cujo título já muito bem esclarece o retrocesso histórico que sofremos em nosso processo de desenvolvimento, desde a visão que norteou o progresso econômico, até a conduta do poder de governo postado acima da soberania constitucional da República. E de fato, tal era o zelo recíproco desses deslocamentos de comandos com as suas bases centrais de governo, que não adiantava denunciar. Mesmo porque, para deixar o interventor imune à ação da justiça e ao julgamento popular, castrou-se a Câmara Municipal, e deslocou-se a esfera acusatória para a procuradoria geral da República. Mas, em Medianeira, mesmo assim, aquele altivo povo não se intimidou. E houve denúncias contra os desmandos do donatário Luiz Bonatto, em todas as instâncias do Poder Judiciário, até a procuradoria geral da República que, saindo pela tangente, devolveu a representação à procuradoria geral da justiça, neste Estado, então sob a administração do senhor procurador Lenz Cesar, o qual nunca mais deu notícias quer pelas formas oficiais de justiça, quer por qualquer tipo de esclarecimentos outros. E que, aquele interventor, senhor presidente, senhores deputados, dizia-se "irmão do general Ney Braga", então imbuído do comando militar de governo deste Estado. E foi justamente por isso, como hoje ainda bem podem testemunhar deputados que aqui remanescem daquela legislatura, como os nobres deputados, companheiro Gernote Kirinus e Tércio Albuquerque, que sequer esta Casa, não obstante a sua augusta posição assumida pela moralização que se fazia necessária naquela interventoria, aqui denunciada e muito bem sustentada pelos mencionados deputados, além dos ex-deputados, Fidelcino Tolentino e Nelson Friedrich, pode isentar-se de conivência que os comandos impunham à vida parlamentar, como "disciplina revolucionária", pedindo a exoneração daquele elemento, depois de votado o respectivo requerimento, o nobre deputado Erondy Silvério, então na liderança daquele comando governamental, frustrou a tentativa moral desta Casa, dando sumiço ao requerimento para a Comissão de Constituição e Justiça, de onde nunca mais veio à tona, por motivos óbvios.

Este ato nos mostra, senhor presidente, senhores deputados, que o partido oficial estava impedido de praticar qualquer ato de decência histórica, mesmo contra a decência dos seus parlamentares, sobre a qual ainda agora não levanto dúvida, ainda que para isso sustentar, tenha de presumir que o próprio nobre e respeitável deputado Erondy Silvério, estivesse teleguiado pelo controle remoto que naquela ocasião, para a infelicidade do povo paranaense, estava instalado no Palácio Iguaçu,

exatamente no gabinete então usurpado pelo general Ney Braga, onde na mesma ocasião, estava o seu postigo "irmão" Luiz Bonatto e o substituto dinástico deste, Ivo Darolt, na companhia do protetor Ivo Thomazoni, transferido daqui para o Tribunal de Contas do Estado, por deficiência de saúde, situação que não nos alegra.

Se fôssemos apresentar um libelo sobre o interventor Luiz Bonatto, diríamos que até o incêndio que dizimou a Prefeitura Municipal, deslocou para lá, o protetor Ivo Thomazoni, que comandou as investigações inocentadoras de culpas, mas que agora avararão o grau de podridão de governo da época, e o que na verdade representam esses feudos federalizados na instituição municipal, em depoimentos vigorosos e documentos que virão na CPI da Corrupção em trâmite por aqui. Não sendo nem necessário repetir os desmandos restantes em favor do locupletamento de governo, porque já constam dos anais desta Casa. E na batalha contra este deplorável estado moral do poder revolucionário, o PMDB teve seus mártires à par dos mártires da sociedade. Como o deputado Alencar Furtado e outros augustos nomes da política paranaense que foram casados porque o vigor de suas vozes, e a fundamentação dos seus libelos, só pela decapitação sumária da qual se valeram em todos os tempos, os espoliadores de governos, poderia sufocar. Tal a força da coragem e o apelo que imprimiam na consciência nacional. Agora, mandatários do povo paranaense, para restaurarmos a República, venho lendo pela imprensa, que o governador José Richa pensa "negociar as interventorias" localizadas neste Estado, num projeto de acomodação do momento, onde trocaria determinadas nomeações, com o PDS. Não acredito nas notícias, ou pelo menos, não quero acreditar até prova inconteste, sem desmerecer a honradez dos órgãos de imprensa que as divulgou, porque seria inaceitável que em campanha pregássemos a intransigência pelo restabelecimento pleno da ordem democrática neste País, pelo respeito integral à soberania constitucional da Nação que deve ser restaurada imediatamente, e assim, pelo restabelecimento do Estado de Direito, e hoje, exercitando o mandato de governo que o povo paranaense nos outorgou por confiar nesta nossa posição, apenas substituíssemos nomes nesses feudos que nada mais fariam do que simplesmente trocar as dinastias, tornando-nos assim, cúmplices duplos perante a história, como administradores do conflito revolucionários que prometemos ao povo solucionar, e em cuja luta, tivemos vítimas e imensas baixas.

Afirmo, pois, que o meu posicionamento nesta questão, não flui de entendimento meu, mas sim, da pregação do meu partido, do nosso passado de lutas, das nossas convicções doutrinárias e sobretudo, do compromisso que assumimos com o povo do Paraná, de "mudar bem". E assim, restaurar o que já está em nossa competência de governo, e exigir o que ainda nos permanece usurpado. E para exigirmos o que é da nossa administração política, não precisamos pregar uma contrarrevolução, basta que sejamos coerentes com as nossas bases de ação. Basta que não nos façamos gestores da incidência revolucionária ainda imperante, à pretexto de obrigações administrativas de governo. Pois que, esses feudos são municípios federalizados, com total afronta à ordem jurídica da República, e por conseguinte, situam-se como tumores malignos irradiados do tumor central, por todo o organismo da República. E, se não fomos nós que os criamos, e se por tais criações tivemos vítimas e baixas em nossas fileiras, que os administrem neste Estado, os seus responsáveis, porque não podemos nos tornar gestores de uma revolução que o povo paranaense esmagadoramente já venceu pelo voto. Manifesto pois, a minha posição de intransigência na questão das eleições para prefeitos em todos esses municípios, sem restrição alguma ao direito soberano de os munícipes escolherem os seus prefeitos, por voto livre e direto, seja a que pretextos forem sustentadas as teses de "consenso" interpartidário, ou de gerenciamento revolucionário,

porque todos os motivos revolucionários só nos fizeram premiar com a desgraça de um endividamento que acabou por aniquilar a nossa soberania de povo livre, e nos fazer descer a este ciclo da história, cobertos com o opróbrio de uma corrupção nunca vista em mais de 400 anos de história que temos. Não concordo portanto, com nomeações de prefeitos biônicos, mesmo que seja para nós assumirmos os comandos dessas unidades revolucionárias, porque não fomos eleitos para gerir esse efêmero conflito, mas sim, para acabarmos com ele. E como tais, temos o compromisso inegociável de tombarmos ao exercício fiel do nosso mandato de governo, ou de continuarmos respeitados pela história por não sermos achado em momento algum, como coniventes desse regime que destruiu este País.

E aqui venho para conclamar os deputados desses municípios federalizados, que propugnem pela recuperação jurídica da República, e não transijam com o que unanimemente combatemos em campanha, que é a nomeação de prefeitos biônicos nesses municípios, já que nos basta as contingências que nos impõem o prefeito nomeado da Capital, em que pese ser ele um grande político, mas, é o processo o que abordamos, e não os elementos que nele atuam.

Queremos pois, eleições para prefeitos nos municípios considerados "áreas de interesse para a Segurança Nacional", porque nenhum fundamento quer de ordem de governo, quer de ordem militar ou civil, existe para que assim continuem eles. E, do ponto de vista jurídico, constituem uma situação extremamente anômala e prejudicial à ordem jurídica da República, não abrimos mão, pois, da luta do vosso partido (segundo presidente Ulisses), moratória, eleições diretas para presidente da República, prefeitos das capitais, Constituinte e ampla reforma tributária.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta presidência indaga à liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é reservado. Concedo a palavra, ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira, por 20 minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente, senhores deputados.

Depois do discurso do deputado Mário Pereira a respeito da erosão urbana e agrícola, venho, nesta tarde, falar de uma erosão que, lamentavelmente corrói o Estado do Paraná inteiro, cidades e campos, vilas e municípios — é a erosão administrativa do senhor José Richa.

"O povo paranaense jamais imaginara que a erosão administrativa do governo do senhor José Calil Richa se alastraria tão rapidamente para, em apenas cinco meses e meio, comprometer todo o elenco das aspirações de quase dois milhões de eleitores, esperançosos de mudanças capazes de conduzir este grande Estado a um futuro mais promissor, com instituições bem estruturadas, suficientemente fortes para assegurar o bem-estar da nossa população.

Hoje podemos dizer que isso foi uma vã esperança, pois o que estamos a constatar é que o governo da agora chamada indefinida e demencial "democracia participativa" começa a precipitar-se pelas ladeiras do autoritarismo que não se submete à Constituição e às demais leis e atenta contra os cidadãos. E nisso o senhor Richa tem sido pródigo, desde que iniciou no Paraná o mais odioso processo de perseguição desenfreada, contra aqueles que no serviço público não se submeteram aos caprichos dos detentores transitórios do poder.

No seu pronunciamento solene aos paranaenses o atual governador assegurou que teríamos no governo austeridade em todos os níveis da administração, não apenas no sentido de evitar-se o supérfluo, o excessivo ou o desnecessário, mas orientando a aplicação dos recursos disponíveis onde sejam mais eficazes em benefício da maioria.

Já no dia seguinte ao da sua posse, desdisse tudo isso, indo instalar-se na Granja do Cangüiri, com todas as mordomias

pagas pelo dinheiro do povo, inclusive os "luxuosos tufo de pele de carneiro, a piscina aquecida e outras exigências que foram feitas à Emopar que, para atendê-las, desviou o dinheiro público, de obras tão necessárias ao povo, para satisfazer ao luxo do governador Richa - o primeiro governador do Estado, em toda a história, a ter todas as despesas de sua responsabilidade pessoal, pagas pelo bolso do povo.

O governador e sua equipe de auxiliares, além da incompatibilidade com a verdade, do seu imobilismo, são mesmo incompatíveis com a austeridade, como ficou demonstrado nos recentes episódios que acabaram por mergulhar o governo paranaense numa grave crise política. Foi nesse torvelinho que vieram a público as evidências de que vultuosíssimos recursos estão sendo aplicados num gigantesco processo propagandístico do governo Richa, bastando mencionar a luta de grupos pelo controle da verba de comunicação social, estimada em dois e meio bilhões de cruzeiros, dos quais 300 milhões de cruzeiros, que poderiam ser aplicados em conservação do solo, tão necessário no Paraná, estão sendo pulverizados só em propaganda sobre esse assunto. E em torno do bolo de dois e meio bilhões de cruzeiros já está ocorrendo no governo Richa outro racha. É que o governo da "democracia participativa" reduziu a participação das quatro empresas, aquelas organizações de um homem só, que leva a pasta com a pessoa jurídica em seu interior. Numa época de crise, séria e grave, o governo Richa entrega-se à volúpia das mídias de 80, 100, 200 e até 300 milhões de cruzeiros.

Oh, tempos! Oh, costumes! Oh, viagens! Oh, mordomias!

Senhor presidente, senhores deputados. E se isso ocorre nos porões da ala oeste do Palácio Iguaçu, outro não é o quadro no âmbito das Secretarias de Estado, com o secretário Francisco Simeão Ridrigues Netto transformando a Secretaria da Indústria e do Comércio no balcão dos negócios dos seus empreendimentos e dos seus sócios no Maranhão, com a madeira Verona à frente.

E o secretário Francisco Simeão já está sendo ultrapassado, porque o secretário Erasmo Garanhão já está galopando à sua frente, e em disparada. Ontem, Garanhão ridicularizava os empréstimos externos. Hoje, em apenas uma semana, obtém do governador autorização para contrair novos empréstimos no valor de 12 milhões de dólares, com a interveniência do Banco do Estado do Paraná, depois de ter conseguido destituir da sua presidência o senhor Léo de Almeida Neves. E vejam, senhores, qual o grau de responsabilidade do secretário das Finanças do governo José Richa: ele declarou que como não vai pagar mesmo, decidiu fazer esses empréstimos. E para vergonha dos homens de responsabilidade deste Estado e deste País, nós paranaenses assistimos o secretário das Finanças transformar-se num caloteiro convicto. E foi esse caloteiro auto declarado que veio a público afirmar, pela imprensa, que não tem satisfações a dar aos representantes do povo nesta Casa, como fez aos ilustres deputados do PMDB sobre a posição que assumiram com relação à destituição do presidente do Banco do Estado do Paraná. Na verdade, o senhor Erasmo Garanhão - secretário das Finanças, caloteiro, passou uma reprimenda nos deputados do PMDB quando disse que os representantes governistas não deviam interferir nas decisões do governador e nas do secretário titular das Finanças. Por certo, os nobres deputados do PMDB não irão assimilar a admoestação severa do secretário que ignora as funções dos deputados, pois fiscalizar o governo é função inerente às assembleias, colocando-se essa atividade, para muitos doutrinadores, acima de legislar.

Como se constata, houve um verdadeiro coice na administração transparente, a atingir os integrantes da desmoralizada "democracia participativa", transformada por obra de Richa e do homem forte do seu governo, em anarquia administrativa no Paraná.

Aliás, quando Garanhão dá o seu recado aos deputados

do PMDB, submetendo-os a uma posição vexatória perante a opinião pública paranaense, está, na verdade, dando eco às palavras de Richa, que acaba de afirmar em Londrina que os deputados do PMDB, ao pretenderem entregar-lhe um documento sobre a destituição do presidente do Banestado, estavam querendo democracia de mais, e o governador Richa foi enfático ao comentar a posição da bancada governista, ao dizer que os deputados do PMDB, ao pretenderem interferir na composição da equipe governamental, são uns equivocados.

Para refrescar memórias, para aliviar o engasgamento que Richa e o procônsul Garanhão estão a impingir aos deputados estaduais e federais do PMDB, e para comprovar minhas reiteradas afirmações das mentiras de sua excelência e de seu fiel servo, relembro as seguintes palavras: "... solidariedade e integração marcarão igualmente as relações do governo com a comunidade, a começar pela representação legislativa, que terá valorizado e reconhecido seu papel de intérprete e intermediador da vontade popular".

Isso dizia o governador Richa na sua posse, e agora denomina os seus ilustres deputados do PMDB, de equivocados, ou de liberalidades quando pleiteiam a responsabilidade dos seus mandatos no exercício da atitude fiscalizatória desta Casa.

Palavras de Richa no dia da posse. Primeira mentira do governador. Pena, pena, senhor presidente, senhores deputados, que o PMDB não tenha a coragem de dizer: basta Richa, basta de mentiras, basta de calote no povo do Paraná.

O Sr. Jorge Maia Neto — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre deputado, estávamos ouvindo com atenção o pronunciamento de Vossa Excelência, e na realidade Vossa Excelência começou a retratar ou mesmo recapitular tudo aquilo e que foi dito desde o começo do governo do senhor José Richa, por Vossa Excelência, e por nossa bancada, nesta tribuna.

Vemos hoje, o reconhecimento do nosso trabalho de fiscalização e de oposição e vemos também um reconhecimento aguerrido da bancada do PMDB, que hoje após seis meses de mandato do senhor governador também vão a esta tribuna criticar a incompetência e a incoerência demonstrada por aquela equipe de governo.

Prestamos bem a atenção num discurso pronunciado pelo deputado Ferrari Júnior, quando disse que infelizmente existe no Paraná uma desova, da malfadada era Delfim, do nosso País. Vemos com satisfação o grito de liberdade feito pela bancada do PMDB, e com tristeza porque o nosso Paraná está novamente sendo subjugado pela tecnocracia e não valorizada a classe política.

Temos que reconhecer que da democracia participativa pregada pelo senhor José Richa, estão participando apenas os secretários tecnocratas e não os políticos, desculpa, nobre deputado.

Vemos nas suas recordações a guerra das perseguições por que passou o funcionalismo público de nosso Estado. A famosa austeridade tão decantada pelos quatro cantos do nosso Estado sendo quebrada pelas mordomias da Granja do Congüiri e pelas mordomias do senhor secretário da Indústria e Comércio.

Queremos parabenizá-lo e também aproveitar a oportunidade para, parabenizar a atitude tomada pelos verdadeiros políticos da bancada do PMDB, e que estão vendo seus compromissos irem por água abaixo, virem a esta tribuna e gritarem até contra o seu mandatário e contra até a princípios pregados por ele na campanha política passada.

Queremos aqui apenas registrar este aparte, e dizer a Vossa Excelência que o que Vossa Excelência está falando neste momento, é mais uma conformação do que está falando a bancada do PMDB, sobre o seu atual governo José Richa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo ao nobre deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel — Eminente líder, Vossa Excelência, creio eu, esteja totalmente redimida se eventualmente existisse alguém que após cinco meses do atual governo colocasse dúvidas nas procedências de suas palavras.

Vossa Excelência, desde a primeira hora, exerceu a liderança da nossa bancada de maneira muito firme e com críticas contundentes e oportunas ao governo que se instalava; houve quem dissesse que a sua crítica era a crítica do apaixonado, era a crítica da revolta e era a crítica daquele que não se convenia com o resultado das eleições.

Vossa Excelência deu o testemunho inequívoco que a sua crítica era a crítica do homem sensível, consciente e responsável no exercício de sua função de parlamentar e de líder da bancada da minoria nesta Casa. Hoje vemos os nossos companheiros que assentam à esquerda deste plenário ratificar plenamente os seus pontos de vista; trazem eles o exemplo didático das pregações até então teóricas que Vossa Excelência colocava nesse microfone. E nós, deputados do PMDB a retratarem os desacertos e os desencontros do governo que se instalou no Palácio Iguaçu e que pretende constituir, negando a história e rejeitando o passado, num novo Paraná.

O que nós sentimos, isto sim, é de que as críticas que eram postas aos administradores dos governos anteriores caem agora totalmente porque não há mais razão de assim se referir o deputado do PMDB, porque a demonstração inequívoca do comportamento dos administradores de hoje leva-nos a crer, nos dão a impressão e até mesmo, porque não dizer, quase que a convicção da certeza de que o Poder Executivo tem a capacidade de modelar o homem que o integra. E vemos no comportamento de certos executivos do atual governo, muito mais pontos de similitude, pontos de concordância de comportamento com os administradores anteriores do que propriamente pontos de conotação e de referência entre os executivos atuais e a bancada do PMDB nesta Casa.

O testemunho de ontem do deputado Alencar Furtado me parece indiscutível no ponto de legitimidade e, aliás, desse deputado, nós não nos surpreendemos com a sua autenticidade: é de família, é com convicção que este deputado vem-se comportando e que honra, aqui, agora mais do que nunca o comportamento histórico de seu irmão, cantado em prosa e verso, como um dos grandes heróis desta arrancada em favor da democratização nacional. E foi o que fez ontem, neste plenário, o deputado Alencar Furtado: disse um não, deu um basta ao governo de tecnocratas que se estende historicamente neste País, mas que ganha, agora, uma importância e um significado muito maiores quando, aqui no Paraná, organizou-se em 15 de março um governo sob a égide da bandeira da Oposição.

Veja bem, deputado, que um aspecto me parece por demais evidente: essa conduta do Executivo, principalmente do Executivo forte, isto é, aquele que trabalha com o dinheiro, com os recursos que o povo recolhe ao governo, através dos tributos; este homem volta as costas ao poder político, desconhece o Poder Legislativo, mas a ele não cabe ainda o libelo maior porque ele, sem dúvida alguma cumpre um papel: a responsabilidade, de quem é? Constitucionalmente, a responsabilidade é do senhor governador do Estado do Paraná.

Mas este sim, dentro de um pragmatismo, que a nós nos preocupa, volta as suas costas aos seus companheiros de bancada e dá a demonstração incontestável de que o que alimentava os propósitos de campanha, o proselitismo acima da insatisfação, da aspiração não assistida, das injustiças sociais, tinha uma grande razão de ser: era a conquista do poder pelo poder, era o poder pelo status, o status que não só a hipertrofia do Poder Executivo já lhe oferece, mas a facilidade do trabalho com os

recursos públicos faz com que este status se torne cada vez mais acentuado. E aí é bom lembrar o testemunho que trouxemos deste microfone, a respeito da fraqueza do Poder Legislativo, que guarda íntima relação com a fraqueza do partido político, porque o partido político serve ao Executivo, na medida em que lhe dá sustentação na campanha eleitoral. Na medida em que lhe fornece as teses que sensibilizam o eleitorado. Uma vez alcançado o Poder Executivo, o político via de regra se desfigura, como se desfigurou lamentavelmente o Governador José Richa.

A sua cultura política os seus amigos de campanha, são colocados aparentemente ao lado, à margem, enquanto que um tecnocrata, como estes que temos por aí e que foi muito observado na fala do Deputado Alencar Furtado na tarde de ontem, ganham maior significado. E consubstancia nessa crítica, que no Paraná quem governa não é o Governador. O Paraná, indiscutivelmente, é governado por um grupo de anônimos, onde um deles abandona o anonimato, sai das trevas e se expõe de maneira clara e evidente, o Secretário das Finanças do Estado do Paraná.

De outro lado o que sentimos é que os desacertos, os desencontros, são gerados acima de tudo pela ruptura que se estabeleceu numa cultura de Estado do Paraná, onde a administração pública, o serviço público, teve racionalidade e eficiência suficientes que o colocaram em plano de destaque conceitualmente neste País. O que vemos, isto sim, é que os desacertos, os desencontros, devem-se fundamentalmente a comprometimentos de campanha, que abandonaram os propósitos do Partido do PMDB, mas que trouxeram o pacto, o acordo imediatista interesseiro a compor o tecido da administração estadual. E a administração estadual, sabemos nós e principalmente o Estado do Paraná sempre demonstrou não se consegue e não se faz nada de útil sem unidade de comando.

Indiscutivelmente, enquanto não soubermos quem comanda o Paraná, enquanto não dermos o testemunho de que o resultado das urnas constitucionalmente define o homem que deve decidir o destino imediato deste Estado, não teremos outra questão se não esta de virmos aqui, não a falar, mas sim a ouvir, os nossos companheiros do PMDB, trazendo o testemunho sincero e eloquente a respeito dos desencontros, dos propósitos. Estão a nortear o que creio eu seja hoje não o partido do PMDB, no Poder Executivo, mas uma partido pragmático, um partido próprio, com interesses próprios e, com certeza, que nos levará a um caminho não desejado pelos integrantes deste Poder Legislativo. Muito obrigado, eminente Líder. **O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA**. — Agradeço o aparte de vossa excelência como igualmente do outro vice-líder, Deputado Jorge Maia. E incorporo tanto as palavras do Deputado Jorge Maia, quanto às do eminente deputado. Odeni Mongruel, ao pronunciamento desta tarde. Encerrando o Pronunciamento...

O Sr. Gilberto Carvalho. — Permite-me um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA. — ... antes de conce-

der o aparte ao deputado Gilberto Carvalho, gostaria de referir-me a um belo estudo feito pelo Professor Maurice da Vergé, na Universidade de Sorbonne. Quando ele analisava as formas de Governo do mundo moderno, chegava à conclusão de que a mais hodierna das formas de Governo que o mundo moderno vem assitando, é uma aliança entre os plutocratas, os tecnocratas e os democratas, para dizer que a aliança entre a plutocracia, a tecnocracia e os eventuais representantes populares, iriam desfigurar qualquer tipo de governo democrático.

É exatamente o que estamos verificando hoje no Paraná. É uma aliança dos aristocratas paranaenses, dos plutocratas paranaenses, que detêm as companhias de economia mista, onde jorram o dinheiro popular, passando a pegar, atabalhoadamente, sem critério, recursos externos, para a realização de suas obras que o próprio PMDB entendia desnecessárias na campanha eleitoral, mas talvez para saldar e solver os compromissos de campanha, necessário se torna a exe-

ção de obras por empreiteiras conhecidas, que participaram financeiramente da campanha peemedebista; este segmento plutocrata da sociedade paranaense está sendo atendido pelo governador José Richa.

Por outro lado, assumem os tecnocratas o poder, homens sem passado e sem vivência, sem ter — como têm os eminentes deputados do PMDB — o passado calejado, poeirento do político e os homens do PMDB que conquistaram, fizeram a campanha do Sr. José Richa; e o Sr. José Richa é um homem marcado como político no Paraná, porque como administrador deixou maus exemplos para a cidade de Londrina.

Homens do PMDB, valorosos, foram deixados de lado, por ilustres desconhecidos que passam aliados aos plutocratas a determinar os rumos do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica que o tempo de trinta minutos de sua liderança está esgotado. Concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por isto, faço um apelo final, Sr. Presidente e Srs. deputados; governador José Richa, basta de mentira e de dar ilusão aos seus próprios companheiros, passe a enfrentar os desafios do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de líder do PDS, constante do expediente, elevando para 14 os membros da Comissão da Constituição e Justiça, o qual indica para compor a referida Comissão o Sr. deputado Basílio Zanusso. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 15/83, (Mensagem n.º 21/83, ex-Proposição n.º 22/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos datados de 30/12/82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 1.º/02/82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Faxinal e Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 52/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 51/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação e Compromisso celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a construção de terminais rodoviários nos referidos municípios. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 64/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 50/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação e Compromisso n.º 19/83, celebrado em 08/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de São Pedro do Ivaí, objetivando construção do Terminal Rodoviário de Passageiros no referido município. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 65/83, (Mensagem n.º 52/83, ex-Proposição n.º 54/83) oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 29/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 74/83, de autoria do DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BAIRRO JARDIM GABINETO", com sede e foro nesta Capital. — Com parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/82, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga a sede do Município de Mallet à Barra do Potinga, Município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 107, de 06/10/83).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PARECER

De autoria do Deputado Erondy Silvério, o presente Projeto de Lei tem por finalidade transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem a retificação, revestimento e manutenção de trecho de estrada que liga o Município de Mallet à Barra do Potinga no Município de São Mateus do Sul.

Requeru, em Plenário, o Deputado Nilso Sguarezi a audiência da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Embora tenhamos consciência, de que não é de competência do Departamento de Estradas de Rodagem a conservação de trechos de estradas que estão afetos às Prefeituras dos Municípios, mas como todos nós sabemos que a maioria dos Municípios de nosso Estado estão atravessando dificuldades de todas as ordens, face a atual conjuntura econômica que atravessa o País e levando-se em consideração que a solicitação do presente projeto de lei não virá onerar em demasia os cofres do DER e tendo em vista que o citado trecho de estrada é um importante elo de ligação do Município de Mallet com a atual PR-476, já dentro do Município de São Mateus do Sul, ligação esta que virá encurtar a distância da sede do município com o asfalto, proporcionando o escoamento da produção de diversas serrarias existentes na região bem como o escoamento da safra de trigo, arroz e demais produtos agrícolas da região, somos de parecer FAVORÁVEL a presente iniciativa.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1983.

(aa) MÁRIO PEREIRA — Presidente
DONATO GULIN — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/82, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que altera o número de Vereadores à Câmara Municipal de Toledo, a vigorar a partir da Legislatura a iniciar-se em 1989. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 140, em 21/12/82).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer ao Projeto de Lei n.º 156/82

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do ex-Deputado Egon Pudell, visa elevar para 15 (quize) o número de Vereadores à Câmara Municipal de Toledo.

Do exame das certidões anexas, fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, verifica-se que o Município de Toledo conta com 46.543 (quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e três) eleitores inscritos, distribuídos em duas Zonas Eleitorais, o que lhe dá, na forma do Art. 107, da Constituição do Estado do Paraná, direito a uma representação municipal de 15 (quinze) vereadores.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral, que apresentamos anexo, que melhor atende a técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 156/82

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Toledo, passa a contar a partir da próxima Legislatura com 15 (quinze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "Igreja Evangélica Almas para Cristo Restaurada", com sede em Curitiba. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 61, de 06/08/83).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 71/83

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Roberto Requião, pretende declarar de utilidade pública a "Igreja Evangélica Almas para Cristo Restaurada", com sede na cidade de Curitiba.

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, foi fundada em Curitiba, em data de 05 de maio de 1976, como associação religiosa e beneficente.

O processo está devidamente instruído, atendendo as exigências da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, anexo ao mesmo encontra-se:

Relatório de atividades da Associação; estatuto da mesma devidamente registrado em Títulos e Documentos; pelo estatuto também se confere que a entidade não distribui lucros, e os membros da Diretoria não são remunerados; que possui personalidade jurídica há mais de um ano.

Nestas condições, o Projeto é constitucional, a forma está adequada ao Regimento Interno, por isso o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

ANIBAL KHURY — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/83, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "Associação Ação Social Nossa Senhora de Fátima", de Ponta Grossa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 62, de 07/06/83)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 72/83

De autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, o presente Projeto de Lei n.º 72/83, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Ação Social Nossa Senhora de Fátima", com sede em Ponta Grossa.

Analisando-se o processo através da documentação apresentada, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85/83, de autoria da

Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais de Apucarana - SOS", com sede e foro no Município de Apucarana. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 85, de 11/08/83)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 85/83

De autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, o presente Projeto de Lei n.º 85/83, que visa a declarar de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais de Apucarana - SOS", com sede no Município de Apucarana.

A justificativa apresentada pela autora do Projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento, pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto de declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 70/83), que autoriza o Poder Executivo a permutar o lote n.º 7, da quadra n.º 18, de propriedade do Estado, pelo lote n.º 1, e parte do lote n.º 2, da quadra n.º 21, de propriedade do Sr. Frederico Gracite, ambos situados na cidade de Iguaçu. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 95/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o lote n.º 07, da quadra n.º 18, com 437,50 m², situado na cidade de Iguaçu, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da Matrícula 2.746, de 03/12/80, do Cartório de Registro de Imóveis, 2.º Ofício, da Comarca de Astorga, pelo lote n.º 01, e parte do lote n.º 02, da quadra n.º 21, com 540,00 m², situados na mesma cidade, de propriedade do Sr. Frederico Gracite, objeto das Matrículas 1.492 e 1.493, de 15/09/81, do referido Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único — A permuta de imóveis de que trata este artigo, será efetuada independente de avaliação.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 95/83

Oriundo de Mensagem Governamental o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a permutar lote de terreno que especifica, localizado na cidade de Iguaçu.

Analisando-se a matéria temos que no aspecto constitucional e legal a que é chamada a opinar esta Comissão, nada há que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa.

De acordo com a exposição de motivos apresentada pelo Chefe do Poder Executivo através da Mensagem n.º 70/83, tal permuta consulta aos superiores interesses da administração e terá como medida regularizadora para situação, já existente em prédio construído pela EMOPAR para sediar a Agência de Renditas Estaduais no Município de Iguaçu.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 83/83), que doa à EMATER-PR-ACARPA, lote de terreno sob n.º 4, da quadra 115, da cidade de Imbituva, de propriedade do Estado do Paraná, com características que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 96/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à EMATER-PR-ACARPA, o lote 04, da quadra 115, com 364,90 m², sito à Rua Santo Antônio, esquina com a Rua Vereador Antônio Pantarolo, na cidade de Imbituva, de propriedade do Estado do Paraná, objeto de parte da matrícula n.º 2.416, de 30/03/82, do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Imbituva, em cujo imóvel a donatária deverá construir seu escritório local.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 96/83

Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei em pauta tem como finalidade autorizar ao Poder Executivo a doação de imóvel de propriedade do Estado à EMATER-ACARPA, para construção de seu escritório local na cidade de Imbituva.

O Projeto descreve o imóvel a ser doado, tratando-se do lote n.º 04, da quadra 115, com 364,90 m², sito à rua Santo Antônio, esquina com a rua Vereador Antônio Pantarolo, na sede daquele município.

A matéria encontra-se amparada pelo disposto no inciso VIII, do Art. 21, da Constituição Estadual, que atribui ao Poder Legislativo a competência para autorizar a concessão ou alienação de bens imóveis pertencentes ao Estado.

Nestas condições, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.
Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Nisia Caetano Denizo, ocorrido no dia 18 de agosto do corrente ano, no Município de Cambará. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alceu Ivanoski, ocorrido no dia 23 de agosto do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Trajano Bastos, Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de presidente e líderes do PMDB e PDS, respectivamente, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão plenária no dia 30 de agosto do corrente ano, possibilitando a realização do III Fórum de Debates. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando a implantação, através da SANEPAR, de rede de esgoto, bem como estação de tratamento de esgoto sanitário no Município de Toledo. — **Encerrada**

a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo para que sejam tomadas medidas, através dos órgãos competentes, visando coibir o uso abusivo de agrotóxicos na zona rural do Município de Tupãssi. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando inserção nos anais da Casa, do texto de análise da obra imorredoura do Presidente Getúlio Vargas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um Posto de Saúde na sede do Município de Ubitatã. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a implantação de um Posto de Saúde no Distrito de Porto Camargo, Município de Icaraíma. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Administração, visando a instalação de postos de atendimento do IPE, nos Municípios de Campina da Lagoa e Roncador. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação, visando a transformação da Escola Estadual "Duque de Caxias - Ensino de Primeiro Grau", em "Escola Duque de Caxias - Ensino de Primeiro e Segundo Graus", no Distrito de Centro Novo, Município de Planalto. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da COPASA, encarecendo para que seja instalado um armazém graneleiro no Município de Planalto. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a ampliação e estadualização do Posto de Saúde do Município de Cafelândia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, solicitando-lhes que, de acordo com pedido formulado pela Associação Comercial e Industrial de Maringá, concedam dilação de prazo por 45 dias para o recolhimento de ICM alusivo ao mês de dezembro do corrente ano pela Indústria e Comércio da cidade canção, pois que o atual estágio de recessão econômica vem gerando mais e mais dificuldades para o pagamento do décimo-terceiro salário aos assalariados maringenses. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência defere o requerimento do Deputado Luiz Alberto de Oliveira e vai proceder a verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita ao senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Responderam a chamada 29 Srs. Deputados. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a criação do Programa Especial de Combate à Erosão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", pela publicação, em data de 24 de agosto do corrente ano, de um trabalho sobre a problemática municipalista, bem como se dê ciência do mesmo ao diretor do referido jornal. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine junto à Casa Civil, com referência a informações sobre o Banestado, bem como as negociações com o Grupo Coroa-Brastel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, subscrito pelo Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando no sentido de que o Poder Executivo, ao se deslocar para o interior do Estado, instale-se no Município de União da Vitória. — Em discussão.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — (Pela ordem) Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências para melhor equipar a Subdivisão Policial do Município de Paranaguá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, visando a inclusão no anteprojeto do novo Código de Organização Judiciária do Paraná, a implantação de mais uma Vara Cível no Município de Toledo. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/83.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 129 e 156/82, e 71, 72, 85, 95 e 96/83.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 34/83.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 62 e 63/83.

Levanta-se a Sessão.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

1.ª Sessão Legislativa da 10.ª Legislatura

Ata da 4.ª Reunião Ordinária

Aos quatro dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do deputado Mário Pereira, e contando com a presença dos senhores deputados Donato Gulin, Eduardo Baggio e Antônio Anibelli. Havendo número legal o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da hora do expediente passou-se à ordem do dia, onde foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 129/82, que autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem a estrada que liga a sede do município de Mallet à Barra do Potinga, município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão. Relator o senhor deputado Donato Gulin, parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50/83 (ex-Proposição n.º 49/83), que aprova os termos de cooperação e compromisso entre o Estado do Paraná e os municípios que especifica. Relator o senhor deputado Leônidas Chaves, parecer favorável. REJEITADO, sendo designado novo relator. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/83 (ex-Proposição n.º 06/83), que aprova o termo de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Borrazópolis, requerimento do relator senhor deputado Donato Gulin, no sentido que seja convertido em diligência junto ao Poder Executivo e o município. DEFERIDO. O restante da matéria ficou para ser apreciada na próxima reunião, marcada pelo senhor presidente para o dia 11 de agosto, às 14 horas. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual para constar eu, Raimundo Carlos Capela Pioli, secretário, lavrei a presente ata que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

Deputado MÁRIO PEREIRA

Presidente

RAIMUNDO C. PIOLI

Secretário

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

1.ª Sessão Legislativa da 10.ª Legislatura

TERMO DE ATA

Aos dezoito dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e três, às quatorze horas, na sala de reuniões das comissões, compareceram os senhores deputados Mário Pereira, Ivan Gubert, Adhail Sprenger Passos, membros efetivos da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, conforme convocação para reunião da comissão. Não havendo número legal, o senhor presidente Mário Pereira não abriu a reunião, nada podendo ser apreciado. O senhor presidente determinou que fosse lavrado o presente termo de ata, e que fosse comunicado aos senhores deputados membros da Comissão que quinta-feira dia vinte e cinco de agosto, haverá reunião ordinária às quatorze horas. Eu, Raimundo C. Pioli, secretário da Comissão, lavrei o presente termo de ata, que após lido e achado conforme, será assinado pelo senhor presidente e por mim secretário, a fim de que produza os efeitos legais.

Deputado MÁRIO PEREIRA

Presidente

RAIMUNDO C. PIOLI

Secretário

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações
1.ª Sessão Legislativa da 10.ª Legislatura

TERMO DE ATA

Aos onze dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e três, às quatorze horas, na sala de reuniões das Comissões, compareceram os senhores deputados Mário Pereira, Adhail Sprenger Passos e Ivan Gubert, membros efetivos da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, conforme convocação para reunião da Comissão. Não havendo número legal o senhor presidente Mário Pereira não abriu a

reunião, nada podendo ser apreciado. O senhor presidente determinou que fosse lavrado o presente termo de ata, e que fosse comunicado aos senhores deputados, membros da Comissão que quinta-feira, dia dezoito de agosto, haverá reunião ordinária às quatorze horas. Eu, Raimundo C. Pioli, secretário da Comissão, lavei o presente termo de ata, que após lido e achado conforme, será assinado pelo senhor presidente e por mim secretário, a fim de que produza os efeitos legais.

Deputado MÁRIO PEREIRA

Presidente

RAIMUNDO C. PIOLI

Secretário